

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PERFIL DO EMPRESÁRIO COMPRADOR DE  
PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**ENIO CARLOS FENNER**

**Florianópolis**

**2002**

**PERFIL DO EMPRESÁRIO COMPRADOR DE  
PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**PERFIL DO EMPRESÁRIO COMPRADOR DE  
PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

**ENIO CARLOS FENNER**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

**Florianópolis**

**2002**

**ENIO CARLOS FENNER**

**PERFIL DO EMPRESÁRIO COMPRADOR DE  
PLANOS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de **Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de junho de 2002

---

Prof. Ricardo Miranda Barcia, Ph D  
Coordenador do programa

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Eugenio A. Díaz Merino  
(Orientador)

---

Prof. Álvaro Guilherme Rojas Lezana, Dr.

---

Prof. Francisco Pereira Fialho, Dr.

## **AGRADECIMENTOS**

Especial à minha esposa Any e meu filho Carlos pela razão e incentivo constantes para realização deste trabalho.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE QUADROS .....</b>	<b>8</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS .....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>12</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>13</b>
<b>ZUSAMMENFASSUNG .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I .....</b>	<b>15</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 Justificativa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.2 A Origem da Poupança .....</b>	<b>17</b>
<b>1.3 Objetivo Geral.....</b>	<b>21</b>
<b>1.4 Objetivo Específico.....</b>	<b>21</b>
<b>1.5 Perguntas de Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
<b>1.6 Metodologia de Pesquisa.....</b>	<b>22</b>
1.6.1 Delimitação da Pesquisa.....	22
1.6.2 Tipo de Pesquisa.....	23
<b>1.7 Estrutura da Dissertação.....</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>25</b>
<b>2 CONCEITOS DE PREVIDÊNCIA .....</b>	<b>25</b>
<b>2.1 Previdência Social no Brasil .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2 Princípios Básicos da Previdência Social.....</b>	<b>28</b>
<b>2.3 O Sistema Brasileiro de Prividência Social .....</b>	<b>30</b>
<b>2.4 Problemas Crônicos da Previdência Social Brasileira .....</b>	<b>31</b>
<b>2.5 Mau uso dos Recursos da Previdência Social.....</b>	<b>34</b>
<b>2.6 Previdência Social no Mundo .....</b>	<b>41</b>
<b>2.7 Sustentação do INSS .....</b>	<b>44</b>
<b>2.8 Outros aspectos da Previdência Social Brasileira.....</b>	<b>46</b>
2.8.1 Desemprego e crescimento da Tributação Informal .....	46
<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>54</b>
<b>3 PREVIDÊNCIA PRIVADA .....</b>	<b>54</b>

<b>3.1 Previdência Privada como Instrumento de Poupança.....</b>	<b>56</b>
3.1.1 Função Indireta .....	57
<b>3.2 Poupança Previdenciária no Brasil .....</b>	<b>58</b>
<b>3.3 Sistemas de Previdências Complementares .....</b>	<b>59</b>
<b>3.4 Mecanismos de Proteção do Sistema de Previdência Privada .</b>	<b>61</b>
3.4.1 Limites de Aplicação de Recursos.....	62
<b>3.5 Modelos de Previdência Privada.....</b>	<b>63</b>
3.5.1 Planos de Contribuição Definida .....	64
3.5.2 Planos de Benefício Definido .....	64
<b>3.6 Inovações Mercadológicas.....</b>	<b>66</b>
<b>3.7 O Controle Governamental.....</b>	<b>69</b>
<b>3.8 A Experiência dos Fundos de Pensão no Brasil .....</b>	<b>70</b>
<b>3.9 Inovações no Sistema.....</b>	<b>73</b>
<b>3.10 Taxas de Natalidade e Crescimento da Expectativa de Vida ...</b>	<b>74</b>
<b>3.11 Trabalho.....</b>	<b>77</b>
<b>3.12 Benefícios Distorcidos - Setor Público x Privado.....</b>	<b>81</b>
<b>3.13 Tetos de Aposentadoria .....</b>	<b>82</b>
<b>3.14 Os Sistemas do Chile e da Argentina.....</b>	<b>83</b>
3.14.1 Chile - O Modelo Privado.....	84
3.14.2 Argentina - O Modelo Integrado .....	86
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>89</b>
<b>4 PESQUISA DE CAMPO.....</b>	<b>89</b>
4.1 Universo em Estudo .....	89
4.2 A Amostra.....	90
4.3 O Contato .....	91
4.4 Elaboração do Questionário.....	92
4.5 Dados sobre Identificação.....	93
4.6 Interpretação e Análise dos Dados (I Parte).....	94
4.6.1 Empresários com Planos de Previdência Privada.....	94
4.6.2 Grau de Escolaridade.....	95
4.6.3 Renda Familiar.....	96
4.6.4 Nível de Renda e Quantidade de Planos.....	96
4.7 Análise da Pesquisa (II Parte).....	97
4.8 Caso não Possua Plano de Previdência.....	104

<b>CAPÍTULO V</b> .....	<b>110</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>110</b>
<b>5.1 Conclusões da Dissertação</b> .....	<b>110</b>
5.1.1 Fontes de Sustentação do INS.....	<b>110</b>
5.1.2 O Papel da Poupança Interna.....	<b>110</b>
5.1.3 Potência do Mercado Brasileiro.....	<b>111</b>
<b>5.2 Conclusões da Pesquisa</b> .....	<b>112</b>
5.2.1 Perfil do Empresário Cascavelense Comprador de Previdências Privadas.....	<b>110</b>
<b>5.3 Contribuição Acadêmica</b> .....	<b>114</b>
<b>5.4 Continuidade do Estudo</b> .....	<b>114</b>
<b>CAPÍTULO VI</b> .....	<b>116</b>
<b>6 FONTES BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>116</b>
<b>6.1 Referências Bibliográficas</b> .....	<b>116</b>
<b>6.2 Bibliografia</b> .....	<b>117</b>
6.2.1 Revistas e publicações.....	<b>117</b>
6.2.2 Sites consultados .....	<b>117</b>
<b>CAPÍTULO VIII</b> .....	<b>121</b>
<b>8 ANEXOS</b> .....	<b>121</b>
<b>8.1 Questionário</b> .....	<b>121</b>

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Fluxo de Caixa no INSS 2000 (em R\$ mil).....	45
QUADRO 2 - <i>Apartheid</i> Social.....	82

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1 - Relação Ativo x Inativo - 1950 a 2020 .....</b>	<b>47</b>
<b>GRÁFICO 2 - Variáveis anos e % sobre o Total de trabalhadores entre - 92/97 .....</b>	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 3 - Volume de Trabalhadores sem Carteira entre - 92/97 .....</b>	<b>50</b>
<b>GRÁFICO 4 - Volume de Trabalhadores Informais entre - 92/97 .....</b>	<b>51</b>
<b>GRÁFICO 5 - Aumento do Desemprego entre - 92/97 .....</b>	<b>51</b>
<b>GRÁFICO 6 - Aumento de trabalhadores Ativos sem Registro Formal entre - 92/97 .....</b>	<b>52</b>

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Fluxo de Caixa Consolidado do INSS, ano 2000 em R\$ bilhões .....	37
TABELA 2 - Evolução do Saldo Previdenciário do INSS em R\$ bilhões (base dez/98).....	38
TABELA 3 - Previdência do Servidor Público - União R\$ bilhões .....	38
TABELA 4 - Bistribuição dos Trabalhadores Agrícolas e não-agrícolas segundo a posição na ocupação - 1992-1997Brasil .....	46
TABELA 5 - Relação Ativo x Inativo.....	48
TABELA 6 - Taxa Bruta de Natalidade por RegiõesBrasil por mil.....	48
TABELA 7 - Distribuição dos Trabalhadores Totais Segundo a Posição na Ocupação - 1992/1997 Brasil .....	49
TABELA 8 - Evolução da Taxa de Participação no Trabalho por Sexo e Faixa Etária - Região Metropolitana de São Paulo 1989/96.....	53
TABELA 9 - Limites Máximo de Investimento das Empresas de Previdência no Brasil.....	63
TABELA 10 - Taxas de Fecundidade Brasileiras.....	74
TABELA 11 - Esperança de Vida por Idade - Brasil 1995 .....	76
TABELA 12 - Comparação entre Aposentados.....	83
TABELA 13 - Identificação dos Empresários Pesquisados .....	94
TABELA 14 - Escolaridade dos Empresários da amostra .....	95
TABELA 15 - Nível de Renda Familiar .....	96
TABELA 16 - Relação de Compradores de Previdência e Renda Mensal.....	97
TABELA 17 - Empresários que Possuem Planos.....	98
TABELA 18 - Instituição onde Adquiriu o Plano.....	99
TABELA 19 - Foram estasas Respostas Colhidas.....	100
TABELA 20 - Periodicidade de Contribuição Planejadas.....	102
TABELA 21- A Quantia Depositada Corresponde.....	102
TABELA 22 - Intenção com Relação ao Plano Adquirido .....	103

<b>TABELA 23 - Você Recomendaria a Alguém Fazer um Plano de Previdência? .....</b>	<b>104</b>
<b>TABELA 24 - Porque não Adquiriu um Plano de Previdência? .....</b>	<b>104</b>
<b>TABELA 25 - Preferência de Aplicação dos recursos.....</b>	<b>108</b>

## RESUMO

FENNER, Enio Carlos. **Perfil do Empresário comprador de planos de previdência privada.** Florianópolis, 2002, 124 fs. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.

O presente trabalho tem como objetivo estudar a previdência privada como instrumento promotor do crescimento econômico do país, da formação de reservas individuais para resguardo da velhice, e da formação de reservas coletivas para oferta de recursos para investimento. Sua importância se evidencia pelo fato de que o crescimento econômico necessita de investimento, assim como o investimento depende da poupança. Desta forma, para entender melhor o “papel” das previdências privadas na economia, este estudo apresenta um levantamento dos conceitos de previdência, um apanhado do sistema administrativo e financeiro do INSS, bem como dos problemas que enfrenta a instituição, além de sua perspectiva como órgão de proteção dos idosos e ou incapacitados. Em seguida faz um estudo sobre as instituições de previdência privada, procurando perceber a importância desse instrumento como acumulador de recursos para a alavancagem de projetos, além de uma pesquisa de campo com empresários, objetivando avaliar a importância, a confiança e o comportamento da classe empresarial diante desta alternativa de poupança. O resultado vai descrito no item “Interpretação e análise dos resultados”, e fornece informações inéditas sobre o perfil do empresário comprador de planos de previdência privada da cidade de Cascavel, Pr.

PALAVRAS-CHAVE: Previdência, Previdência Social e Previdência Privada.

## ABSTRACT

FENNER, Enio Carlos. Entrepreneur Buyer Profile of Deprived Foresight Plans Florianópolis, 2002, 124 pg. Essay (Master's degree in Production Engineering)-Mastery Degree Program in Productions Engineering, UFSC, 2002.

The present work has as objective studying the deprived foresight as instrument promoter of the country economical growth, the formation of individual reservations for age protection, and of collective reservations for offering as investment resources. It's importance is evidenced by the fact that the economical growth needs investment, as well as the investment depends on the saving. In this way, to understand better the "paper" of the private precautions to the economy, this study presents a rising of the precaution concepts, a view of the administrative and financial system of WELFARE DEPARTMENT, and the problems that it faces the institution and it's perspective as organism of seniors' and disabled people protection. Soon after it makes a study about the institutions of deprived precaution, trying to notice the importance of that instrument as resources accumulator to finance projects, besides of a field research with entrepreneurs, aiming to evaluate the importance, the trust and the behavior of this managerial class in front of this saving alternative. The result is described in the item "Interpretation and Analysis of the Results", and it supplies unpublished information on the entrepreneur of Deprived Precaution Plans Buyer's from the city of Cascavel, Paraná, Brasil.

WORD-KEY: Precaution, Social Welfare and Deprived Precaution.

## ZUSAMMENFASSUNG

FENNER, Enio Carlos. Profil auf Benachteiligter Unternehmer-Käufer Voraussicht-Pläne. Florianópolis, 2002, 124 Bl. Essay (Meisters Grad in Produktion Ingenieurwissenschaft); - Meister-Grad Programm in Ingenieurwissenschaft Produktions, UFSC, 2002.

Die gegenwärtige Arbeit hat als Objektiv die Vorkehrung studieren, das als Instrument-Förderer des Landes ökonomischer Wuchs, die Formation individueller Bedenken für Alter-Schutz, beraubt wird, und von kollektiven Bedenken für das Anbieten als Anlage-Ressourcen. Es ist Wichtig zu beweisen durch die Tatsache daß der ökonomische Wuchs Anlage braucht, sowie die Anlage vom Bewahren ab hängt. Auf diese Art um das "Papier" der Privaten Vorkehrungen besser zur Wirtschaft zu verstehen, präsentiert dieses Studium ein Erheben von den Vorkehrung-Vorstellungen, eine Sicht vom administrativen und finanziellen System von WOHLERGEHEN-ABTEILUNG, und die Probleme, daß gegenüber der Institution ist, und es ist als Organismus von perspektivisch Oberstufenschüler und körperbehinderter Leute-Schutz. Bald, nachdem es ein Studium über die Institutionen benachteiligter Vorkehrung gemacht hat und versucht die Wichtigkeit dieses Instrumentes als Ressourcen-Akkumulator zu merken, um Projekte zu finanzieren. Außer das von einer Feld-Forschung mit Unternehmern, das Richten, um die Wichtigkeit, das Vertrauen und das Verhalten dieser führenden Klasse vor dieser bewahrenden Alternative einzuschätzen. Das Ergebnis wird in der Gegenstand "Auslegung und der Analyse der Ergebnisse" beschrieben, und es liefert unveröffentlichte Informationen über den Unternehmer Benachteiligter Vorkehrung, Plan, Käufer von der Stadt Cascavel, Paraná, Brasilien.

WORT-SCHLÜSSEL: Vorkehrung, Gesellschaftliches Wohlergehen und benachteiligte Vorkehrung.

# CAPITULO I

## 1 INTRODUÇÃO

O crescimento econômico e a melhoria do bem-estar geral da população são preocupações de qualquer governo bem intencionado, assim como a elevação da renda pessoal e familiar são busca constante dos cidadãos de qualquer país, não importando origem nem grau de desenvolvimento.

Evidentemente que a simples elevação da renda, por si só, não significa aumento de qualidade de vida da população, se não acompanhada de uma distribuição mais justa e eqüitativa da riqueza do país. Da mesma forma, uma eqüitativa distribuição de renda, por si só, também não representa elevação de bem-estar se não precedida de um incremento na produção de bens e serviços disponíveis à distribuição.

Assim, tanto num caso como noutro, o crescimento econômico é a condição básica para que a elevação do nível de satisfação individual da população se possa ocorrer.

Contudo, o progresso econômico não é gratuito e não ocorre por acaso. Depende, isto sim, de uma complexa “teia” de ações conjugadas e interdependentes da sociedade, das empresas e dos governos, no sentido de munir seu parque produtivo de condições de produção. Isto significa, em última instância, investir no aparelho produtivo, tornando-o mais apropriado e atualizado em tamanho e tecnologia. Porém, tudo isto não faz sem antes poupar.

Assim, percebe-se que para crescer é necessário poupar, e para poupar é preciso produzir; e quanto mais se produzir, mais condições se terá de economizar, numa seqüência sistêmica interdependente, que torna difícil precisar a ordem inicial.

O que fica evidente é que a poupança tem papel essencial na ordem de crescimento econômico.

Desta forma, o presente trabalho procurará ao longo do seu desenvolvimento, estudar, pesquisar e apresentar informações importantes a respeito do que ora se apresenta.

## 1.1 Justificativa

São diversas as alternativas que a sociedade possui para onde carrear riquezas. Os bancos modernamente apresentam as: Cadernetas de Poupança, destinadas a pessoas de baixa renda; os Fundos de Investimentos (de perfil conservador, moderado e agressivo), para investidores pequenos, médios e grandes e os CDB's – Certificados de Depósitos Bancários, emitidos e vendidos pelos próprios bancos. As seguradoras acenam com os Fundos de Previdência Privada, como opção de poupança e, ao mesmo tempo, como fundo de previdência para futura aposentadoria.<sup>1</sup>

Fora disso, como se pode ver na pesquisa deste estudo, ainda figuram como grandes opções, a formação de patrimônios próprios tais como imóveis urbanos e rurais, além empresas comerciais, industriais e de serviços.

Sem entrar no mérito do quem vem primeiro, se poupança ou produção, nem de qual seja a melhor alternativa para o poupador individual ou familiar, o presente trabalho decidiu focar seu estudo sobre a previdência privada, por entendê-las como uma importante forma de incentivar a poupança para uma programação de investimento ou para necessidades eventuais, ao mesmo tempo em que propicia a formação de reservas para a aposentadoria, e disponibiliza recursos para alavancagem do desenvolvimento do país.

---

<sup>1</sup> Carta do Banco Real, informativo CAM 054-54 – set/00 e Gazeta Mercantil, pg B-8 a 12, 16.04.2002

As Previdências representam também um assunto que vem despertando especial atenção da sociedade no sentido de vislumbrar nesse instrumento um importante endereço para suas reservas pessoais, bem como de empresas interessadas na administração desses fundos.

Dentro dessa visão, é vital que se crie no país, uma política de incentivo à poupança, juntamente com organizações de captação popular, preferencialmente com perfil de longo prazo, mais apropriados para necessidades de investimento (longo prazo), que transmitam confiança para quem aplica e segurança para aqueles que se apresentam como tomadores desses recursos.

## 1.2 A Origem da Poupança

Segundo os conceitos gerais de economia oferecidos por Rossetti (1997, p.546, 746-799), a somatória dos bens e serviços produzidos num país, durante determinado período de tempo, corresponde à produção daquele país, e tem como destino, o consumo das famílias, das empresas e do governo. A outra parte, não consumida, corresponde à parcela economizada e se destina à formação de riquezas pela sociedade. Isto, de forma semelhante, ocorre com qualquer unidade familiar ou produtiva e pode ser expresso pela seguinte fórmula:

$$\boxed{P = C + S},$$

em que **P** = produção, **C** = Consumo e **S** = poupança.

Pelos mesmos conceitos pode-se dizer que à remuneração dessa produção corresponde a renda do País, da qual parte é dispendida em consumo a outra parte é poupada. A demonstração dessa verdade se formula segundo as expressões que seguem:

$$\boxed{P = Y} \text{ e que } \boxed{Y = C + S},$$

sendo **Y** = renda, **C** = Consumo e **S** = poupança.

Entende-se ainda que a poupança (S), aquela parcela da renda não consumida pelas famílias, indivíduos e governo de um país, e que não é dispendida imediatamente para o consumo de bens e serviços. Essa disposição que as pessoas têm em restringir sua satisfação atual em troca de benefícios futuros, faz com que parte dos seus ganhos sejam economizados e possam se transformar em expectativa de satisfação futura.

Essa mesma poupança pode ser investida pelas famílias e indivíduos em unidades produtivas, ou então disponibilizada para que outros o façam, possam crescer economicamente. Para tanto, retêm parte do que produzem para realimentar o processo produtivo, repondo as perdas por depreciação da capacidade operacional das máquinas e instrumentos. Assim, a poupança acumulada, também denominada de oferta agregada (AO), acumulada pelas famílias e absorvida pelo mercado com o objetivo de incrementar as empresas, se transforma em investimento (I). Isto aumenta a oferta de bens e serviços à população e melhora o seu bem-estar.

Percebe-se assim, que a ação fundamental para o desenvolvimento e a melhoria do bem estar de qualquer país, é o acúmulo de poupança (S). Sem esta formação não há investimento, e conseqüentemente não há crescimento nem desenvolvimento.

A poupança, pelos conceitos retro enunciados, pode ainda ser de origem interna como externa, conforme provenham respectivamente das economias da própria população e externa quando oriunda da poupança formada pela população de outros países. Assim, os recursos de investimento podem ser tomados internamente, dos próprios sócios ou do país, como externamente de terceiros em relação à sociedade ou ao País.

A tomada de recursos externos, ocorre sempre que o País não consegue gerar, internamente, recursos próprios ou quando quer investir mais do que poderia naquele momento, tentando antecipar o progresso. Essa prática, comum aos países em desenvolvimento, também ocorre no Brasil, que, por esse motivo possuía, em

2001, uma dívida externa da ordem de US\$ 238 bilhões, segundo Santos (2001, p C1)<sup>2</sup>.

Assim, a somatória das poupanças internas (S) transformadas em investimentos, é que vão determinar o maior ou menor grau de expansão da economia do país, como também, do menor ou maior grau de dependência econômica em relação ao resto do mundo.

A esse respeito, Rossetti (1997, p.799) nos demonstra que o nível de empregos do país se expande quando a PA (procura agregada) é maior que a AO (oferta agregada), que se mantém equilibrada quando esses volumes são semelhantes ( $PA=AO$ ) e que diminui quando a  $PA < AO$ .

Nesse sentido, percebe-se que a previdência privada, com suas características especiais de acumulação de recursos por longo prazo e com saídas lentas, remotas e programadas, se enquadra exemplarmente para forma de poupança e oferta de recursos (AO) para investimento e, por conseguinte, de ser estimulada pela política econômica do País.

A experiência individual e familiar, assim como o aprendizado acumulado a partir da vivência cotidiana, indica que os recursos mais saudáveis para investimento de uma família, como de uma empresa, e de um País, é o capital próprio. O excedente da própria família, como dos seus sócios ou dos seus cidadãos do País através das organizações de poupança, não exerce a mesma pressão sobre os pagamentos, e nem explora taxas de juros tão altos como o fazem os fornecedores dos recursos externos. É o capital que, investido, não cria a dependência, normalmente desconfortável e indesejável como aquele.

Por essas características, pode-se ter uma avaliação mais precisa da importância que a poupança interna tem para o País, e por isto prestam-se magnificamente aos propósitos de investimento com perfil de longo prazo, fundamentais para o crescimento e o desenvolvimento de uma nação.

---

<sup>2</sup> Texto adaptado, tendo como base matéria original produzida por Marcelo Eduardo dos Santos, publicada no Jornal A Tribuna de Santos em 24/06/01 no Caderno de Economia - pág C1.

Por outro lado, como se poderá perceber ao longo das explicações adiante, a previdência social (Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS), sofre de sérios problemas existenciais, que, a continuar com as atuais condições de estrutura, conjuntura e política de gestão, os trabalhadores que hoje dependem destes recursos para sua aposentadoria, e mais especialmente, aqueles que ainda contribuem para a instituição esperando no futuro receber os benefícios, correm o risco de não recebê-los ou de sofrer sensíveis cortes nos seus valores, por insuficiência de recursos.

Como tratamos de conjecturas, é possível que, por esforço conjunto dos responsáveis pela legislação e pela administração das autarquias públicas do nosso país – congresso e governo – essa situação possa ser resolvida e contornar esta ameaça. É possível, que recursos de outras destinações sejam direcionados para cobrir as deficiências desta Instituição, resolvendo provisoriamente a questão. Contudo, a advertência que se faz é que, a permanecer as atuais regras, esta preocupação tem toda a razão de ser, e o alerta deste trabalho, toda pretensão de contribuir para evitar que este temor se realize.

Diante disto, percebe-se a conjugação de dois problemas numa confluência da mais alta importância para a vida dos brasileiros, ou seja, de um lado:

- a) A procura de alternativas para expandir a sobrevivência do INSS no papel de instituição de amparo à velhice e à incapacidade de trabalho dos brasileiros, por outro,
- b) A necessidade de se eleger instrumentos nacionais estimuladores de poupança, para suprir a carência de recursos de investimentos de longo prazo que o País tanto necessita, evitando a dependência tão desconfortável de recursos externos, e as conseqüências indesejadas que a acompanham.

Assim, a criação de uma política de estímulo à poupança e ao mesmo tempo de incentivo a instrumentos alternativos de amparo à velhice e à incapacidade laboral, poderá estar sendo contornada de forma admirável, com a mesma solução: aquisição de planos de previdência privada pela população brasileira.

Esta é a razão do tema deste trabalho, que no decorrer das exposições tentará clarear e justificar o que propõe.

### **1.3 Objetivo Geral**

Caracterizar o perfil do empresário comprador de planos de previdência privada, pertencente ao círculo de filiados da CDL (Câmara de Dirigentes Lojistas) de Cascavel.

### **1.4 Objetivo Específico**

- a) Entender e estudar as modalidades de instrumentos de previdência existentes no País;
- b) levantar dados sobre a situação da previdência social brasileira;
- c) conceituar os tipos de previdência;
- d) evidenciar as principais dificuldades enfrentadas pela Previdência;
- e) apresentar informações importantes para prosseguimento o presente estudo;
- f) apresentar respostas para algumas das indagações que se levantam a respeito do assunto previdência privada.

## 1.5 Perguntas de Pesquisa

A definição de um tema evidentemente se antecede de dúvidas e questionamentos, que norteiam a condução do trabalho como um todo na busca das respostas. Neste caso não foi diferente e as principais indagações que se apresentavam ao iniciar o trabalho foram:

- a) Qual o índice de empresários que possui plano de previdência privada?
- b) A idade e a renda pessoal ou familiar tem influência na propensão à compra de planos de previdência?
- c) A partir de que idade começa a despertar o interesse por esse tipo de investimento?
- d) Quais as maiores motivações para aquisição de previdências?
- e) Quais as instituições de maior procura no momento da compra?

Entre outras, estas são algumas das indagações importantes a respeito deste assunto.

## 1.6 Metodologia de Pesquisa

### 1.6.1 Delimitação da Pesquisa

O perfil do presente trabalho poderia ter a abrangência do Brasil, visto que o tema diz respeito ao País como um todo, e também porque muito provavelmente, teríamos comportamentos e performances diferentes nas inúmeras regiões brasileiras. Contudo, tendo em vista que um trabalho dessa envergadura seria

impossível para o atual estágio, o campo de pesquisa do presente estudo ficou restrito aos empresários genuínos de Cascavel, PR, filiados à CDL – Câmara de Dirigentes Legistas de Cascavel, composto, na época da pesquisa, de 202 empresas. Destes foram contatados 55 empresas e colhidas as respostas de 46 (quarenta e seis) de seus diretores.

### 1.6.2 – Tipo de Pesquisa

Trata-se de um levantamento técnico, quantitativo do ponto de vista dos seus objetivos e explicativo quanto à abordagem do problema, que visa estudar o comportamento dos pesquisados diante das opções de poupança e investimento e especialmente diante da alternativa de formar uma reserva pessoal junto a um fundo de previdência privada, através da compra de um plano.

## 1.7 Estrutura da Dissertação

O presente trabalho foi dividido em 6 (seis) capítulos com as seguintes especificações:

**Capítulo I** – apresenta e introdução, a justificativa e a metodologia de pesquisa.

**Capítulo II** – Voltada especialmente para a conceituação de previdência, previdência social e previdência privada, assim como sobre as características, problemas e perspectivas do INSS, atual instituto de previdência pública.

**Capítulo III** – Mostra as características, os conceitos, os tipos e os sistemas de atuação da previdência privada, bem como sua dinâmica, perspectivas de crescimento e importância da instituição como instrumento de aglutinação de poupança popular.

**Capítulo IV** – Trata sobre a Pesquisa de Campo, sobre o universo e sua delimitação, além da elaboração do questionário, compilação e a análise dos dados coletados, assim como as conclusões a que se chega a partir de cada uma das perguntas.

**Capítulo V** – Conclusão.

**Capítulo VI** – Fontes Bibliográficas.

**Capítulo VII** – Anexos.

## CAPITULO II

Neste capítulo pretende-se evidenciar as características, o funcionamento e o ambiente de problemas que se abatem sobre a previdência social brasileira e que dificultam o cumprimento do seu papel original junto à sociedade brasileira.

### 2 CONCEITOS DE PREVIDÊNCIA

No Dicionário Aurélio<sup>3</sup>, encontra-se as seguintes definições:

- a) **Previdência.** “Qualidade ou ato de providente; antecedência” e **Providente.** Aquele “Que prevê; cauteloso, prevenido, precavido, prudente”.
- b) **Previdência Social.** 1. Conjunto de normas de proteção e defesa do trabalhador, ou do funcionário, mediante aposentadoria, amparo nas doenças, montepios, etc. 2. Instituição que as aplica.

Previdência Social é assim definida: “Conjunto de instituições públicas destinadas a proporcionar aposentadoria, pensões e auxílios diversos, bem como serviços médico-hospitalares a trabalhadores e funcionários públicos das diferentes categorias”<sup>4</sup>.

Para Stephanes (1998, p.79), “a Previdência Social representa um conjunto de medidas destinadas à reposição de renda dos indivíduos quando se tornam inativos (...) por motivo de doença em termos transitórios, por idade avançada ou velhice”.

---

<sup>3</sup> Enciclopédia Barsa, Encyclopaedia Britannica Editores Ltda, Ed 1975, São Paulo – Rio de Janeiro.

<sup>4</sup> Idem, ibidem.

Conforme Ferreira Costa<sup>5</sup>, Seguridade Social representa: “o conjunto de normas e procedimentos que tem por objetivo a proteção das pessoas contra a exploração, a doença, o abandono e a impossibilidade do trabalho”.

Trata-se, pois, de uma instituição pública, que no Brasil está encarregada dos serviços de regulamentação, arrecadação e administração das receitas sociais oriundas das contribuições dos empregados e empresas legalmente constituídas, assim como da responsabilidade de distribuição dos benefícios decorrentes, como aposentadorias, pensões, despesas de saúde e demais benefícios definidos legalmente.

## 2.1 Previdência Social no Brasil

Esses princípios copiados e adotados pela maioria das nações que implantaram sistemas de previdência social no mundo, também o foram no Brasil. Para Stephanes (1988, p.4), “Bons sistemas previdenciários puderam ser construídos a partir daí. Mas nem todos os países, inclusive o Brasil, observaram seus conceitos”.

Embora tentativas de proteção providenciárias tenham se efetivado muito antes disso, como se pode ver nos parágrafos seguintes, a instituição previdência social no Brasil seguiu os seguintes passos principais:

- a) O registro mais remoto sobre a preocupação com o amparo ao trabalhador e seus dependentes, embora tenha sido um ato relativamente isolado que não teve seqüência sistemática nos governos seguintes, ocorreu no ano de 1796, ainda no período colonial, com a criação do Plano de Beneficência do Órfão e Viúvas dos Oficiais da Marinha, cujo objetivo era assegurar a sobrevivência dos militares e respectivas famílias. (Disponível em: [www.abipen.org.br/palestra.html](http://www.abipen.org.br/palestra.html), Acesso em: 02 de agosto de 2001).

---

<sup>5</sup> Saúde, Assistência Social e Previdência são os principais componentes da Previdência Social”. FERREIRA COSTA, A L, **Previdência Social e Reforma da Previdência**. Disponível em: <[www.eca.usp.br/EMALTA/TRAB](http://www.eca.usp.br/EMALTA/TRAB)> Acesso em: 01 de agosto de 2001.

- b) No último século, em 15 de Janeiro de 1919, é criada a Lei nº 3.724 que estabelece o seguro de acidentes de trabalho e torna obrigatória a indenização, por parte do empregador, dos acidentes ocorridos na execução do trabalho.
- c) A disseminação da Previdência Social brasileira, porém, inicia-se com a promulgação do Decreto n.º 4.682, de 24.01.23, considerada o marco inicial da socialização da previdência, também conhecida como Lei Chaves em homenagem ao nome do autor do Projeto, Deputado Eloy Chaves, ao “determinar a criação da Caixa de Aposentadoria e Pensões para os empregados de cada empresa ferroviária, amparando os trabalhadores daquela classe”. Abria-se o caminho para uma nova instituição que objetivava amparar o trabalhador brasileiro, de tal forma que em 1937 já existiam 183 Caixas das mais diversas categorias profissionais. (Emediato, 1998, p.302)
- d) Na década de 60, segundo a ANAPP (Associação Nacional das Previdências Privadas), prolifera a criação de novas instituições, mais conhecidas como montepios, que passaram a funcionar como captadoras de recursos da população, porém sem regulamentação da atividade nem órgão de fiscalização. Este fato provocou sérios problemas ao sistema emergente, o que levou as entidades a pressionarem o governo pela criação de uma legislação específica e um órgão fiscalizador para maior segurança e credibilidade ao sistema.

Fruto dessa reivindicação, em 15.07.77 é sancionada a Lei nº 6.435 que passa a vigorar como o Estatuto Básico da Previdência Privada, com os seguintes principais objetivos:

1. disciplinar a expansão dos planos de benefícios, propiciando condições para sua integração no processo econômico-social do País;
2. determinar padrões mínimos adequados à segurança econômico-financeira do sistema;

3. proteger os interesses dos participantes dos planos de benefícios;
4. coordenar as atividades da Previdência Privada com as políticas de desenvolvimento social e econômico-financeira do Governo Federal.

Esta mesma Lei determina que, dadas às características distintas dos sistemas de captação de recursos junto às empresas e junto ao público em geral, as entidades sejam classificadas em abertas e fechadas, sendo:

- a) fechadas – aquelas destinadas às empresas, associações ou grupos, cujos objetivos não tivessem fins lucrativos; e,
- b) abertas – aquelas destinadas ao público em geral, as quais tanto poderiam ser “sem fins lucrativos” como de sociedades de capital e anônimas, com fins lucrativos, permitida a presença inclusive de seguradoras.

Através do Decreto-lei n.º 72 de 21 de novembro de 1966, o governo reuniu todos os Institutos públicos de Aposentadoria e Pensão então existentes, tais como IAPI, IAPB, IAPC, IAPM, IAPTEC e outros, e fundiu-os numa única entidade cuja denominação passou a se chamar “INPS - Instituto Nacional de Previdência Social”.

Com o aumento da importância sócio-econômica deste segmento na vida pública brasileira, a previdência social ganhou status de ministério conforme a Lei nº 6.036 de 1º de maio de 1974, com a criação do MPAS – Ministério da Previdência e Assistência Social, desmembrado do Ministério do Trabalho e Previdência Social, com atribuições específicas.

## **2.2 Princípios Básicos da Previdência Social**

Como instrumento implantado de forma sistemática e regulamentado, a previdência social vem sendo construída no mundo, há mais de cem anos, com base

no modelo proposto pelo Chanceler Alemão Otto Von Bismarck em 1883, cuja experiência acumulada pelos povos desde então vem consolidando princípios, fundamentos e técnicas que permitem concluir que, conduzindo o sistema segundo essas condições, minimiza-se os riscos de desequilíbrio e de insolvência da instituição. Isto a faz ser recomendada para adoção por todos aqueles que almejam um sistema relativamente duradouro promotor de segurança e bem estar da população do seu País.

Segundo Stephanes (1998, p.77-85), são os seguintes os princípios a serem observados para a condução segura de um sistema de previdência:

- a) Universalização – considera a previdência social um instrumento de proteção social, através do qual seus benefícios devem atingir a todos sem distinção de classe, etnia, níveis sociais e outras diferenciações entre os indivíduos;
- b) Idade Mínima – é a regra que recomenda o estabelecimento de uma idade mínima para recebimento de benefícios de aposentadoria por merecimento, abaixo da qual o cidadão só deveria se aposentar por incapacidade. Essa mesma regra recomenda que, dado o aumento natural da expectativa de vida das pessoas, o padrão de idade mínima deve ser ajustado periodicamente, para não comprometer o equilíbrio das contas do sistema, com o aumento do volume de compromissos para a instituição;
- c) Equidade Contributiva – significa o estabelecimento e a obediência à tabelas de contribuição atuarial, igualitárias, sem privilégio de classes profissionais ou idades e proporcional aos valores e ao tempo de contribuição de cada associado;
- d) Carência Adequada – refere-se ao tempo de contribuição mínimo necessário para a formação de fundo capaz de enfrentar a demanda de benefícios da população amparada, a partir da idade estabelecida;
- e) Cálculo de Benefício – recomenda que os benefícios sejam baseados em cálculos atuariais, do valor da mensalidade e ou dos aportes realizados, do

tempo de contribuição, assim como da idade de retirada. Apesar desta orientação, a recomendável tem sido sistematicamente esquecida e desprezada no Brasil, onde os valores são determinados com base em tabelas legais, sem a consideração de padrões técnicos como se recomenda.

## **2.3 O Sistema Brasileiro de Previdência Social**

Assim como outros países, também o Brasil adotou a Repartição Simples como modelo de sustentação financeira da sua previdência social (pública). Através dele, as contribuições mensais dos trabalhadores ativos, mais as parcelas correspondentes às empresas, são provisionadas num único caixa, que tem como destino, o custeio das aposentadorias e demais despesas e benefícios atribuídos ao Instituto.

Segundo Emediato (1998, p.273), “o sistema da repartição simples é baseado na solidariedade” (entre gerações), onde “o dinheiro da Previdência não rende nada, pois não é capitalizado. Ele entra e é imediatamente dividido para pagar a conta dos aposentados.”

Este modelo funcionou nos primeiros anos, enquanto o número de trabalhadores ativos era muito superior ao de inativos e o número dos trabalhadores que ingressavam no mercado era maior que o de idosos e inativos que deixavam o sistema. Nesse período, por exemplo, a taxa de crescimento populacional brasileiro era de mais de 3% e a expectativa de vida de aproximadamente 52 anos. Hoje a esperança de vida aumentou para aproximadamente 70 anos (conforme Tabela nº 11, p.67), e a taxa de natalidade caiu para um nível de quase estabilidade, ou seja, a oferta de mão de obra tende a diminuir em relação à existente, diminuindo o contingente de trabalhadores ativos que contribui para as despesas daqueles que começam a se retirar do trabalho, aposentando-se.

Na década de 50, quando a taxa de natalidade ainda era de 4,4% a.a. IBGE (senso de 1991), e o INPS iniciava suas operações, existiam mais de 8 (oito) trabalhadores ativos com carteira assinada por trabalhador inativo. Já em 2000 a estimativa do MPAS (Ministério da Previdência e Assistência Social) era de apenas 1,9 por aposentado, com tendência declinante, sem perspectiva de alteração. Seguindo essa tendência, o Brasil terá em 2010 apenas 1,6 trabalhador ativo por inativo, segundo Stephanes (1998 p.120), e enormes dificuldades para honrar os compromissos do INSS, pois será menor ainda o volume de contribuintes já escassos.<sup>6</sup>

No início da criação do sistema de Previdência, sobrava muito dinheiro no caixa da previdência. Tão volumosa eram essas sobras que não resistiram à cobiça dos políticos, que passaram a se apropriar desses recursos para outras finalidades. Sem se preocupar com a reposição dos valores, nem com os problemas futuros que estavam causando aos trabalhadores, marcaram não só o início da apropriação indébita na Previdência Social, mas também do processo de desvirtuamento dos recursos da instituição.

Por certo estes recursos deveriam ter permanecido acumulados e disponíveis para o INSS, rendendo dividendos para manter seu poder aquisitivo e poder custear as futuras aposentadorias dos atuais contribuintes. Desta forma estariam preservando os objetivos da previdência e evitando as dificuldades que o país hoje enfrenta.

## **2.4 Problemas Crônicos da Previdência Social Brasileira**

A leitura dos parágrafos anteriores nos induz a suspeita de que graves problemas podem estar acontecendo na previdência social brasileira. A situação e sua gravidade obviamente não são desconhecidas das autoridades políticas, porém mesmo assim o assunto vem se arrastando pelos meandros da burocracia e não

---

<sup>6</sup> Crescimento populacional no Brasil. Fonte: IBGE, Resultados do Censo de 1991.

estimula os políticos a enfrentarem com convicção a reforma que precisa ser feita. Os projetos se arrastam por anos a fio sem chegar a definição.

Os apontamentos apresentados neste capítulo evidentemente não esgotam a discussão deste assunto, nem limitam o levantamento de outras causas que podem justificar a situação em que se encontra a previdência. Porém, os motivos aqui apontados e repetidos por diversos autores, não deixam muita dúvida a respeito da responsabilidade de grande parte das dificuldades pelas quais passa a previdência social brasileira.

Os fatores já apontados podem ser enquadrados em três grandes categorias: os macroeconômicos, os mercadológicos e os institucionais.

Macroeconômicas – que, segundo Bom Ângelo<sup>7</sup>, seriam:

- a) fim da indexação da economia brasileira;
- b) estabilidade da moeda, e o
- c) controle da Inflação.

“Em período de inflação crescente não há razão nem ambiente para investimento a longo prazo, como ficou evidenciado não só no Brasil, mas em todos os países que experimentaram situações semelhantes” afirma Bom Ângelo. Desta forma, explica-se o grande desenvolvimento e o grande interesse que desperta hoje esta atividade no Brasil, a ponto de existirem já mais de 30 (trinta) instituições privadas, nacionais e estrangeiras, envolvidas neste negócio.

Mercadológicas - Nesta área as principais influências foram:

- a. Entrada de novas empresas no mercado;

---

<sup>7</sup> BOM ANGELO, Eduardo. **Previdência Privada Aberta: Ótima alternativa para o país e para o consumidor**. Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.\\_\\_\\_\\_.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.____.htm?user=reader). Acesso em: 15.08.01.

“Até 1994, pré-plano Real, somente quatro empresas ofereciam planos abertos de previdência para o consumidor brasileiro. Atualmente quase 30 empresas, entre seguradoras independentes e ligadas a bancos, operam no país, afirma o autor”.

b. Mudanças na regulamentação da atividade;

A Lei nº 6435 que regulamentou a previdência privada no Brasil, deu maior segurança aos associados e às empresas ligadas ao setor, estimulando a entrada significativa de novas entidades, nacionais e estrangeiras, para a exploração da atividade.

c. Introdução de novos produtos no mercado,

O PGBL – Plano Gerador de Benefícios Livres é a mais nova e interessante opção de produto que se oferece, despertando o interesse de novas parcelas do mercado, pela versatilidade e interatividade.

d. Maior exposição nos meios de comunicação;

A adesão maciça de empresas na atividade induz, naturalmente, à concorrência, e esta, aos meios de comunicação e influência disponíveis.

Institucionais – Segundo esta, uma extensa lista de motivos levou, ao longo dos anos, a um desequilíbrio do sistema de previdência no Brasil. Uns voluntários ou decorrentes da ação do homem, outros como conseqüentes da evolução natural e que alteraram definitivamente o quadro conjuntural dessa área de interesse. Bom Ângelo destaca as seguintes:

- Aumento da expectativa de vida da população (ver Tabela nº 03 - Esperança de vida por idade, p.45) ;
- Redução da taxa de natalidade (ver Tabelas nº 02 e 10 - Taxas de Fecundidade brasileira, p. 43; Taxas de natalidade e crescimento demográfico, p.72);
- Sistema de repartição simples (ver Tabelas nº 06 - Sistema brasileiro de previdência social, p.59 e, Sustentação do INSS, p.60);

- Crescimento da economia informal (ver Tabela nº 07);
- Sonegação fiscal e Fraudes de diversas espécies (ver Tabela nº 05 - Mau uso dos recursos da previdência social, p.58);
- Benefícios distorcidos (ver Tabela nº 04 – Benefícios distorcidos – Setor Público X Privado, p.53)”.<sup>8</sup>

## 2.5 Mau uso dos Recursos da Previdência Social

Notícias sobre uso culposo ou doloso dos recursos do erário público não são novidade. Os órgãos de comunicação divulgam farto material a esse respeito todos os dias. Vejamos a seguir alguns dos casos mais comuns:

I – Uso Indevido – Assim como a grande maioria dos países, o Brasil também está estudando novos modelos para substituir o sistema de repartição simples, movido pelo déficit crescente que apresenta em suas contas desde 1996. Embora tenha durado quase 40 anos – o que é muito pouco para esse tipo de instituição – o País poderia estar em situação mais tranqüila não fosse o uso indevido que se deu aos recursos desta pasta, como relatam Rocha e Baltazar (1998, p.20-23):

Da forma como foi concebido e administrado, o sistema previdenciário era uma bomba-relógio. Ao longo dos anos, vinha sendo corroído por uma sucessão de erros ou falcatruas, além de ser usado para cobrir despesas que nada tenham a ver com aposentadoria. Sem caixa para bancar a gigantesca obra da construção de Brasília, o presidente atacou o dinheiro da previdência e não se preocupou em reembolsá-la. Em 1966 a Previdência tapou o rombo do Instituto de Assistência e Previdência dos Industriários (IAPI), que havia falido. De 1966 a 1988, completou o caixa dos hospitais públicos. Foi usado para financiar a construção da ponte Rio-

---

<sup>8</sup> BOM ANGELO, Eduardo. Previdência Privada Aberta: **Ótima alternativa para o país e para o consumidor**. Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso em: 15.08.01.

Niterói, formar o capital do Instituto de Resseguros do Brasil, comprar ações da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobrás e da Companhia Hidroelétrica do São Francisco. Para completar foi alvo de quadrilhas de fraudadores.

Evidentemente que esses valores são praticamente irrecuperáveis, pois provavelmente não há controle nem vontade política para fazê-lo, porém, o dinheiro tinha dono e destino, e em momento algum foi perguntado aos seus proprietários se concordavam em cedê-lo para outras finalidades. Hoje, de certa forma, o país está devolvendo as quantias, cobrindo o déficit da Previdência com recursos de impostos que também teriam outras finalidades.

II – Fraudes e Calotes – Quase que diariamente pode-se ler e ouvir sobre fraudes cometidas contra o INSS, embora o sistema hoje esteja menos vulnerável do que em passado recente, como diz Stephanes (1998, p.47-48): por “ter adotado um conjunto de ações na área de gerenciamento, para coibir uma série de vazamentos financeiros, além de melhorar a legislação ordinária, recolocando-a dentro da boa técnica e da boa doutrina”. Ainda assim continuam havendo perdas com novas ações aproveitando oportunidades burocráticas.

Vergara (2000, p.180) observa que, além das fraudes e do déficit que já se tornou crônico, pois desde 1996 vem apresentando desequilíbrios crescentes, o INSS padece de outro mal de grande magnitude: o calote, pois “O total acumulado das dívidas referentes à inadimplência e à sonegação, segundo dados mais recentes, chega a R\$ 109 bilhões de reais, mais de 5 vezes o valor do patrimônio da Petrobrás, cuja possibilidade de reaver é apenas teórica.”

E acrescenta o autor: “os 900 maiores grupos endividados, respondem por mais de R\$ 3,5 bilhões de reais, sendo a menor de R\$ 13 milhões e a maior passando de R\$ 1 bilhão de reais”. (Vergara, p. 180, 2000)

Além da ineficácia na cobrança dos créditos pelo INSS, acrescenta o autor, esses grupos se aproveitam das posturas administrativas do governo, segundo a qual o comportamento do governo é de que: “quando a dívida é pequena, executam

o devedor. Se ela cresce demais, passa a ser interesse do credor que o devedor não apenas sobreviva como tenha condições de pagar o que deve” Vergara (2000, p.180). Com isso, os grandes devedores passam a não sofrer ações de cobrança com os rigores da lei como seria de se esperar.

Por outro lado, há ainda um incentivo financeiro para que adotem tal postura, pois fica mais barato às empresas pagar os impostos com juros e multas do que tomar dinheiro emprestado nos bancos, cujos encargos custariam mais que o dobro destes. Fora isso, tem o poder de pressão dessas empresas que não raras vezes forçam uma negociação direta auferindo vantagens. Outras, e não poucas vezes, conseguem se aproveitar de programas de anistia e de refinanciamento, como a seguir se relata Vergara (2000):

Somente nos últimos cinco anos foram realizados três grandes programas de anistia e refinanciamento de débitos fiscais, sendo o último deles o Refis, pelo qual ganharam o direito de parcelá-las em prestações muito leves, de no máximo 1,5% do faturamento. As condições de pagamento são excepcionais. (Vergara, p.180-184, 2000)

III – Sonegação e Corrupção – Outro desvirtuamento importante é o das contribuições sociais e fiscais. Como diz Ferreira da Costa (2001), “a última conta a ser paga pelas empresas é sempre a da Previdência. Isso compromete 20% das contribuições previdenciárias devidas, segundo os sindicatos”. Esse índice, pode ser estimativo e recomendar cautela, porém, denuncia uma prática relativamente comum nas empresas.

IV – Déficit Fiscal – Resultante das falhas e acertos do sistema como um todo, o déficit representa uma das maiores preocupações a serem resolvidas pelo governo e pelo congresso. Apontado e reconhecido como um dos mais sérios desequilíbrios das contas nacionais, vem resistindo a mandatos e tentativas de ajuste anos a fio, sem que de efetivo pouco se tenha feito. Trata-se evidentemente de uma questão complexa e politicamente difícil de ser enfrentada, visto que vai afetar os benefícios da população mais privilegiada, aquela que ganha mais e que tem melhores

condições de defender seus interesses e está mais próxima do Congresso, daqueles que decidem.

Além disso, as decisões que precisam ser tomadas, em muitos casos, ferem o interesse dos próprios congressistas na medida em que também esses têm seu instituto de previdência, o IPC (Instituto de Previdência do Congresso). Fora disso, há os familiares, parentes e apadrinhados com cargos e funções, cujos apelos soam fortes e certamente dificultam decisões imparciais dos congressistas.

O quadro do fluxo de caixa do INSS para o ano de 2000, alínea 1.2, que segue, evidencia bem o aporte da União par cobrir o déficit.

TABELA 01 – Fluxo de Caixa Consolidado do INSS, ano de 2000 em R\$ bilhões

1 – RECEBIMENTOS TOTAIS	77,781
1.1 – Próprios	60,208
<b>1.2 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO</b>	<b>17,572</b>
2 – PAGAMENTOS	77,070
2.1 – Pagamentos INSS	73,180
2.2 – Transferências a Terceiros	3,891

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2000. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/docs/0c39\\_03a.xls](http://www.mpas.gov.br/docs/0c39_03a.xls). Acesso em: 28 de outubro de 2001

Como se pode verificar, a União teve de transferir a quantia de R\$ 17,070 bilhões, para cobertura do déficit do INSS em 2000. Em 1998 esse valor havia sido de R\$ 11,977 bilhões e em 1999 de R\$ 17,097 bilhões. A esse respeito Cristóvão ainda informa:

O Brasil se encontra numa espécie de "limbo previdenciário", resultado da não perseverança na direção de uma reforma previdenciária efetiva. O déficit fiscal conjugado do INSS, União, estados e municípios é da ordem de R\$ 50 bilhões/ano (2000) e mesmo assim, as iniciativas tomadas até o momento, tiveram o sentido apenas de impedir seu crescimento, não a sua eliminação. (Cristóvão, 15.08.2001).

Os quadros a seguir dão a dimensão histórica do cerne deficitário e onde o congresso terá que concentrar seus esforços se quiser sanar a Previdência.

TABELA 02 – Evolução do Saldo Previdenciário do INSS em R\$ Bilhões (base dez/98)

ANO	ARRECADAÇÃO LIQUIDA	PAGAMENTO BENEFÍCIOS	SALDO
88	30,79	17,83	12,959
89	30,19	19,04	11,450
90	31,50	19,52	11,981
91	28,32	20,47	7,850
92	27,93	22,28	5,657
93	31,74	29,97	1,772
94	33,98	33,07	0,809
95	40,69	41,02	-3,325
96	44,36	44,48	-0,124
97	45,89	49,06	-3,177
98	46,74	53,49	-6,752

Fonte: MPAS/SPS — Programa de Estabilização Fiscal – Brasília. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em: 06 de outubro de 2001

A tabela seguinte, da evolução do déficit do setor público – União, estados e municípios, ratifica as informações da anterior e informa o quanto das receitas apenas provêm dos servidores públicos e quanto é subsidiado.

TABELA 03 – Previdência do Servidor Público – União – R\$ Bilhões

CONTA	95	96	97	98	99
Contribuição dos Servidores	2,10	2,58	2,58	2,63	5,40
Benefícios dos Servidores	15,46	17,39	19,68	20,95	24,90
<b>DÉFICIT SETOR PÚBLICO</b>	<b>13,39</b>	<b>15,87</b>	<b>17,53</b>	<b>18,32</b>	<b>19,50</b>

Fonte: MPAS/SPS - Programa de Estabilização Fiscal – Brasília. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em: 06 de outubro 2001

Se forem compensadas as duas tabelas anteriores (nº 05 e nº 06), vai-se verificar que o setor que realmente está causando o déficit na previdência é o público, porque absorve os maiores salários, tem melhor qualidade de vida, vive mais, mas contribui

com cerca de 1/5 apenas do que consome. Logo, como não há nada de graça e alguém sempre paga a conta, a dedução é de que a classe pobre e menos favorecida é quem, curiosa e injustamente, paga a conta da classe dos ricos do setor público. O sistema pode até estar sendo justo com os servidores pagando-lhes o que merecem, porém, está sendo tremendamente injusto com os trabalhadores da iniciativa privada, numa nítida inversão de valores.

Por essa razão, a solução da previdência social passa, necessariamente, por alterações profundas nas regras e fontes de sustentação do setor público. Entretanto, é preciso forte vontade política e isenção de interesse para resistir ao apelo das organizações de classe para quebrar a lentidão com que ocorrem as ações de reforma.

V – Burocracia – Excesso de normas, leis e regulamentos, também são responsáveis pela morosidade e o encarecimento dos serviços, pois mais gente é necessário para controlar, fiscalizar, supervisionar e auditar o INSS.

Mas este problema já foi percebido e algumas providências para minimizar a questão começam a ser tomadas.

A Diretoria de Benefícios do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) vai revogar, de uma vez só, esta semana, 586 normas internas. Essas determinações são responsáveis pelo atraso na liberação dos rendimentos a que tem direito o trabalhador impedido de exercer a função (por ter sofrido acidente de trabalho, por exemplo) ou prestes a se aposentar. Hoje, o tempo médio de espera para quem quer obter sua aposentadoria é de 17 dias” e “o INSS é a única seguradora do país que pede ao indivíduo que prove e comprove que contribuiu. Isso está baseado na inversão do ônus da prova. Não vamos mais deixar que essa responsabilidade recaia sobre o cidadão”, afirma a diretora de Benefícios do INSS. (AUDI, disponível: [www.financenter.terra.com.br](http://www.financenter.terra.com.br), Acesso em: 06 de agosto de 2001)

Também este é um setor que precisa merecer a atenção dos reformadores, para simplificar e desburocratizar a previdência social, diminuindo o custo dos serviços que presta.

VI – Evasão de Recursos – A molde de tantos outros setores da economia nacional, também o INSS está afeto de erros e deficiências que permitem perda de recursos. Não que se tenha de aceitar pacificamente a situação, mas pela observação das coisas públicas quase se tornou normal a constatação de falhas burocráticas e humanas na administração de órgãos estatais brasileiros.

Segundo Emediato (1998, p.336-339), há uma substancial perda de recursos que “surpreendentemente” deixa de ser cobrada por falhas burocráticas e de fiscalização que poderiam ser resolvidas facilmente com o cruzamento da folha de pagamentos com a RAIS. Mesmo existindo mais de 4.000 fiscais para cuidar disso:

[...] a perda de receita provocada pela informalização do mercado de trabalho, a previdência, por falta de controles eficazes, deixa de arrecadar uma substancial parcela de recursos mesmo no mercado formal. Para o período de 79 a 90, a arrecadação de previdência efetivamente realizada sobre a folha de salários é algo como 75% da arrecadação potencial, esta última tomando-se por base o universo da RAIS. Mais ainda, observa-se que esta tendência de crescimento desta diferença é crescente no tempo. (Emediato,1998, p.336)

Acontece que, pelo sistema de repartição simples, como ainda é o caso brasileiro, o benefício não está vinculado ao recolhimento, mas sim a normas legais independentes da contribuição que se faz para o INSS. Conseqüentemente não há estímulo para que o trabalhador fiscalize a empresa para saber se recolheu corretamente os encargos sociais, como é o caso do abono do PIS/PASEP onde o trabalhador simplesmente não recebe se este não estiver recolhido.

Outra fonte de evasão de recursos são os próprios “incentivos” que o governo dá periodicamente, tais como “as anistias que incentivam o mau pagador, a lentidão e a burocracia ineficientes”, entre outros, que também favorecem o inadimplente (Emediato, 1998, p.337).

Mais um aspecto que interfere de modo especial na disposição dos empresários no momento da contratação de empregados e que afeta diretamente a arrecadação

do INSS, é a excessiva carga tributária sobre as empresas, empurrando-as para a informalização da mão-de-obra como estratégia de sobrevivência.

Esse mesmo excesso de tributação sobre os salários é observado pelos autores quando dizem que “a alta incidência de impostos sobre folhas de salários produz um efeito adverso nos índices de emprego e de crescimento”. Isso significa dizer que a diminuição do nível de encargos aumentaria a disposição dos empresários em contratar mais e registrar empregados, aumentando a base de arrecadação e não o custo das empresas. Apesar disto o Brasil continua preferindo a velha sistemática de aumentar a carga tributária cada vez que quer elevar arrecadação. Parece nem haver disposição das autoridades para experimentar alternativa que possa ser muito mais produtivo. (Arenas de Mesa ; Bertranou, 12.10.01).

VII – Custos Administrativos – de acordo com Emediato (1998, p.339), os gastos administrativos da previdência social brasileira são de aproximadamente 10% dos benefícios pagos. Enquanto isso, o sistema de previdência dos Estados Unidos gasta apenas 1% do total de benefícios pagos.

## **2.6 Previdência Social no Mundo**

O sistema de Repartição Simples não é, porém, privilégio apenas dos brasileiros. As previdências de todo mundo, surgidas nas décadas de 20 e 30, foram constituídas sob o sistema de capitalização coletiva copiadas do primeiro modelo de previdência social no mundo proposto por Bismark, através do qual a primeira geração contribuiu para sua própria aposentadoria e a segunda, que está aposentada agora, está sendo sustentada com os recursos da terceira, que está na ativa. Segundo o jornal O Estado:

Nos sistemas em que foram observadas as regras atuariais, as contribuições dos recursos da ativa ainda são suficientes para pagar os benefícios dos aposentados, mas os sistemas se aproximam do limite, em razão do envelhecimento da população, da transformação das relações

trabalhistas, com o emprego fixo dando lugar a trabalhos temporários além de períodos cada vez mais longos de desemprego. Por isso esses países estão elevando as idades mínimas de aposentadoria e criando sistemas de previdência complementar, com contas de capitalização individual, para assegurar benefícios para a atual geração de contribuintes.<sup>9</sup>

Por outro lado, Rocha (2001) explica que é:

Uma conquista recente da humanidade e de apenas 75 anos no Brasil, é problema em todo mundo, pois as pessoas estão vivendo mais tempo, o que sobrecarrega o caixa” e “os sistemas dos países ricos também estão antevendo sérias crises. Os Estados Unidos, por exemplo, estão iniciando um processo de reformas estruturais na sua previdência para evitar um déficit em 2020-2025.<sup>10</sup>

Por outro lado Neil e Park (1994) assinalam que:

Os fatores de preocupação são semelhantes aos que ocorreram nas economias do mundo: as taxas de natalidade são decrescentes e a expectativa de vida vem se prolongando<sup>11</sup>. Prevê-se ainda que, até o ano 2040, nos países da OCDE, a proporção de pessoas de 55 anos em diante deverá equivaler, em média, a 22% de suas populações (aproximadamente a metade deverá ser maior de 75 anos). Esta cifra representa mais que o dobro daquela registrada em 1960 naqueles países.” E ainda: “Nos Estados Unidos, assim como na maioria das democracias industrializadas, o sistema de previdência social está submetido à enorme pressão fiscal das

---

<sup>9</sup> **Ativo sustenta segunda geração de segurados.** Disponível em: <<http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/10/31/pol508.html>> Acesso em: 01 de novembro de 1999.

<sup>10</sup> ROCHA L. Revista Veja, ed. n.º 1546, 13.05.98, p 36, Norman Filho. F J: **O “Pé-de-meia”**. Disponível em: <[www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)>. Acesso: 15 de agosto de 2001.

<sup>11</sup> Graças à melhoria da qualidade de vida e ao maior acesso à modernas técnicas de medicina, continua aumentando exponencialmente a expectativa de vida das pessoas: na década de 70, uma criança japonesa, ao nascer, tinha expectativa de vida de 73 anos e hoje já é de 83 anos. O mesmo fenômeno ocorre em países como Alemanha e EUA, por exemplo. Segundo senso norte-americano, uma em cada 100 pessoas nascidas entre 1946 e 1964 viverá até 100 anos. Há um século a estatística era de uma para cada 500. CRISTOVÃO A. L. **O impacto da globalização na reforma da Previdência.**

<[www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)> . Acesso em 03.08.01.

mudanças demográficas e do amadurecimento dos regimes de previdência.<sup>12</sup>

Como resultado desse fenômeno com tendência irreversível, o percentual de pessoas com mais de 65 anos em relação ao restante da população, cresce a cada ano, como é o caso do “Canadá que estima que em 2025 terá 25% da população com mais de 60 anos” segundo Cristóvão (2002).

Já Nort (1997, p.394) informa que as:

Estatísticas do BIRD revelam que, em 1990, 9% da população mundial era representada por pessoas com mais de 60 anos; em 2030 este percentual irá triplicar, ou seja, haverá 1,4 bilhão de idosos no mundo. Há mais de 10 anos os países desenvolvidos estão mexendo em seus sistemas para adequá-los ao futuro. Nos EUA, que tem um dos mais antigos e bem estruturados sistemas entre os países industrializados, cogita-se mudanças. Reformada em 1983 e classificada como boa por mais 75 anos, a previdência dos Estados Unidos já teve seu horizonte de solvência cortado pela metade.

Os efeitos mais imediatos dessa tendência são a diminuição dos ingressos de receitas e o aumento das saídas nos caixa das previdências no mundo todo. Com isto percebe-se o definhamento das reservas e a percepção de que o sistema já não atende mais as necessidades dos novos tempos, mesmo que a curto ou médio prazos.

Estes fatos devem servir de alerta também às autoridades brasileiras. É preciso adotar medidas imediatas para evitar problemas irreversíveis no futuro, pois, como destaca Cristóvão:

O aumento da expectativa de vida e, simultaneamente, a queda das taxas de natalidade configuram um cenário de “bomba relógio”, que poderá trazer como consequência a inexorável insolvência dos sistemas previdenciários, estruturados no regime de repartição como o brasileiro. (Disponível em:

---

<sup>12</sup> Neil Gilbert e Park, Hoo, *Tendências e Consequências Políticas para a Previdência Social dos Estados Unidos*, Viena, 1994. Disponível em: [www.previdenciasocial.gov.br/07\\_03\\_03\\_03.htm](http://www.previdenciasocial.gov.br/07_03_03_03.htm). Acesso: 20 de outubro de 2001.

[www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)>. Acesso em 15 de agosto de 2001)

## 2.7 Sustentação do INSS

Pelo sistema de repartição, que é o caso da nossa previdência social, são os trabalhadores ativos que sustentam os inativos. Os técnicos chamam isto de “pacto de gerações”, o que quer dizer que os trabalhadores de hoje sustentam os trabalhadores de ontem e os de amanhã sustentarão os atuais. Essa lógica funciona enquanto as contribuições dos trabalhadores ativos é superior à saída de recursos para sustentar os inativos. Mas, esse equilíbrio está sendo quebrado por diversas razões, tais como:

- I. diminuição relativa de novos trabalhadores ingressantes no sistema, que por sua vez, pode ser decorrente da diminuição de nascimentos;
- II. aumento da expectativa de vida dos aposentados;
- III. ingresso de novos aposentados sem a devida contribuição para formação de reservas correspondentes;
- IV. diminuição do número de trabalhadores com carteira assinada;
- V. aumento e/ou manutenção dos salários da ativa sem a devida contribuição para o benefício;
- VI. aposentadorias precoces sem o devido tempo de contribuição;
- VII. uso dos recursos da previdência para outras finalidades.

Todas essas situações continuam ocorrendo na conjuntura brasileira atual, como já foi visto no decorrer deste trabalho, o que vem comprometendo o equilíbrio das contas e a responsabilidade com os compromissos futuros. Hoje as despesas do mês, dependem das receitas do próprio mês e quando estas não bastam, como está claro no Fluxo de Caixa a seguir, o Tesouro Nacional tem que cobrir a diferença com recursos dos impostos da população geral, primordialmente destinados a outras finalidades.

QUADRO 01 – Fluxo de Caixa do INSS 2000 (em R\$ mil)

<b>1 – RECEBIMENTOS TOTAIS</b>	<b>77.781.021</b>
1.1 - PRÓPRIOS	60.208.563
1.1.1 – arrecadação Bancária	56.587.311
1.1.2 - Rendimento Aplicação Financeira	379.901
1.1.3 - Depósitos Judiciais	885.826
1.1.4 – Outros	594.976
1.1.5 – Antecipação da Receita	1.760.549
<b>1.1.6 – TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO</b>	<b>17.572.458</b>
<b>2 – PAGAMENTOS TOTAIS</b>	<b>77.070.155</b>
2.1 – PAGAMENTOS INSS	73.179.629
2.1.1 – Benefícios	68.945.574
2.1.2 – Custeio	1.468.409
2.1.3 – Pessoal	2.608.937
2.1.4 – Restituições	156.710
2.1.5 – TRANSFERÊNCIAS A TERCEIROS	3.890.526
<b>3 – SALDO (1 – 2)</b>	<b>710.866</b>

Fonte: COGECONT/INSS. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/12\\_01\\_10.htm](http://www.mpas.gov.br/12_01_10.htm), Acesso em 20 de outubro de 2001

## 2.8 Outros Aspectos da Previdência Social Brasileira

### 2.8.1 Desemprego e crescimento do trabalho informal

O desemprego continua sendo o grande temor e o trabalho a grande aspiração do homem moderno. Tensões e conflitos sociais muitas vezes denunciam a falta de emprego no mundo todo. Medidas fiscais protecionistas são largamente usadas, não só por países emergentes, como também por nações do mundo desenvolvido, como precaução e como política de manutenção de empregos para os seus concidadãos, especialmente na indústria e na agricultura.

Muitos dos que perdem seu emprego procuram a informalidade até voltar a um novo trabalho registrado, mas às vezes, somente após longa espera. Enquanto isso permanecem na lista dos desempregados e dos trabalhadores não contribuintes para os cofres da previdência social.

A tabela a seguir demonstra o bem volume de pessoas na situação de trabalhadoras informais que, de forma relativa, evoluiu de 25,73% em 92, para 26,91% em 97, mas em números absolutos aumentou em mais de 1,8 milhões de pessoas.

TABELA 04 – Distribuição dos trabalhadores agrícolas e não-agrícolas segundo a posição na ocupação – 1992 e 1997 – Brasil

	1992		1997	
	Nº	%	Nº	%
Empregado (Total)	32.630.436	<b>52,61</b>	34.343.755	<b>51,91</b>
Empregado C/Carteira	23.332.075	<b>37,61</b>	24.377.445	<b>36,84</b>
Empregado S/Carteira	9.298.361	<b>14,99</b>	9.966.310	<b>15,10</b>
Trabalhador Doméstico	4.356.000	<b>7,02</b>	5.242.846	<b>7,92</b>
Trabalhador informal	15.957.955	<b>25,73</b>	17.801.135	<b>26,91</b>
Empregador	2.235.139	<b>3,60</b>	2.538.841	<b>3,84</b>
Não remunerado	6.848.893	<b>11,04</b>	6.230.992	<b>9,42</b>
Sem declaração	434	<b>0,00</b>	4.983	<b>0,01</b>
<b>Total</b>	<b>62.28.857</b>	<b>10,00</b>	<b>66.162.552</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Elaboração DESEP/CUT a partir D PNAD/IBGE, Disponível em: <[www.cut.org.br/a50110.htm](http://www.cut.org.br/a50110.htm)>, Acesso: 19 de outubro de 2001

A esse respeito também Stephanes (1998, p.120), presidente e ministro da previdência por dez anos, demonstra no quadro da relação de ativos x inativos a seguir, a evolução da base de sustentação financeira do INSS representada pela relação de trabalhadores ativos x inativos, evidenciando a tendência do acima referido. De acordo com esse quadro, no ano de 2000 a relação já era de 1,9 trabalhadores ativos x 1 trabalhador inativo. Mantendo-se essa tendência é de chegarmos a 2020 com apenas 1,2 recolhendo encargos sociais, para cada trabalhador aposentado. Confirmando-se esse cenário, muito provável, é inquestionável a incapacidade de sustentação do Instituto de Previdência por si só, dentro de pouco tempo. Ou seja, o sistema não terá mais receitas suficientes para bancar os compromissos.

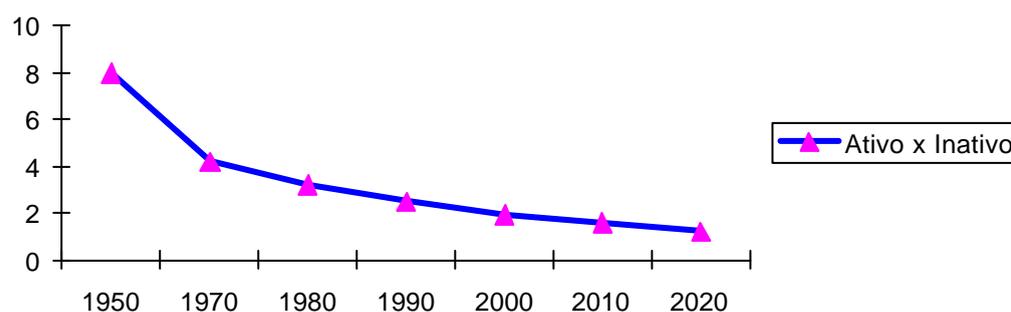
TABELA 05 – Relação ativo x inativo

ANO	ATIVO X INATIVO
1950	8,0 x 1
1970	4,2 x 1
1980	3,2 x 1
1990	2,5 x 1
2000	1,9 x 1
2010*	1,6 x 1
2020*	1,2 x 1*

Fonte: Stephanes (1998, p.120). (\*estimativa)

GRÁFICO 01 – Relação ativo x inativo – 1950 a 2020

De acordo com esse gráfico, no ano de 1950 a relação era de 8.0 trabalhadores ativos x 1 trabalhador inativo. Mantendo-se essa tendência é de chegarmos a 2020 com apenas 1,2 recolhendo encargos sociais, para cada trabalhador aposentado



Considerando ainda que os compromissos sociais são direitos adquiridos e irreversíveis, o lógico é que os cidadãos de uma forma geral, terão de arcar com esse déficit e pagar os aposentados pela via dos impostos. Isto por sua vez agrava o equilíbrio das contas nacionais e gera todas as conseqüências econômicas e sociais indesejáveis que daí decorrem.

Quais os motivos da situação e da tendência exibida pelo quadro?

Como verificamos no desenvolvimento deste trabalho, pode-se dizer que não há uma razão apenas, mas um conjunto de causas que contribui para a situação e agravamento nos próximos anos são muito provável que aconteça. Mas vejamos algumas delas:

- a) Diminuição da taxa de natalidade – Pela tabela abaixo, constata-se um decréscimo da natalidade brasileira em todas as regiões do Brasil, o que se transforma numa das causas da redução de oferta de mão de obra e conseqüentemente, da redução relativa de recursos para a INSS.

TABELA 06 – Taxa Bruta de Natalidade por Regiões do Brasil por mil

<b>Regiões</b>	<b>1991</b>	<b>1996</b>	<b>1999</b>
<b>Brasil</b>	<b>23,5</b>	<b>21,6</b>	<b>21,2</b>
Norte	31,9	29,6	29,0
Nordeste	26,8	24,7	24,3
Sudeste	20,2	18,9	18,7
Sul	21,5	19,2	18,7
Centro-Oeste	24,4	21,6	20,9

Fonte: IBGE: Censo Demográfico (1991) e Projeções Populacionais Brasil e Grandes Regiões, <[www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)>, 1991-2020. Acesso em: 20 de outubro de 2001.

- b) Aumento da expectativa de vida da população brasileira, alongando o período de benefícios. Na Tabela nº 11 p. 76 “Esperança de Vida por Idade”, constata-se que a expectativa de vida daqueles que sobrevivem, salta para 72,7 para homens e para 77,1 para mulheres, o que aumenta o tempo de benefícios a serem pagos e o volume de gastos da Previdência com as aposentadorias. Como os funcionários públicos se aposentam por volta dos 50 anos e têm

uma expectativa de vida maior que a média como fruto da qualidade de vida, terão benefícios de aposentadoria bancados pela população mais carente, por mais de 25 anos em média. Como seus salários ultrapassam, em média, os 30 “mínimos”, se acentua o déficit da previdência no Brasil.

- c) Desemprego – Os índices têm alcançado níveis de até 15% ou mais nas grandes cidades brasileiras e oscila em torno de 6 a 7% no país como um todo. Como fator de influência na relação entre ativos e inativos, diminui o número de cidadãos à situação de contribuinte para o INSS.
- d) Trabalho Informal e Sem Registro – A Tabela nº 10 da Distribuição de Trabalhadores por Ocupação, a seguir, demonstra o volume e as respectivas variações do quadro de empregados totais, registrados e não registrados, formais e informais, e permite tirar algumas conclusões importantes a este respeito.

TABELA 07 – Distribuição dos Trabalhadores Totais Segundo a Posição na Ocupação – 1992 e 1997 – Brasil

	1992		1997	
	Nº	%	Nº	%
Empregado (Total)	32.630.436	52,61	34.343.755	51,91
Empregado C/Carteira	23.332.075	37,61	24.377.445	36,84
Empregado S/Carteira	9.298.361	14,99	9.966.310	15,10
Trabalhador Doméstico	4.356.000	7,02	5.242.846	7,92
<b>Trabalhador informal</b>	<b>15.957.955</b>	<b>25,73</b>	<b>17.801.135</b>	<b>26,91</b>
Empregador	2.235.139	3,60	2.538.841	3,84
Não remunerado	6.848.893	11,04	6.230.992	9,42
Sem declaração	434	0,00	4.983	0,01
<b>Total</b>	<b>62.028.857</b>	<b>100,00</b>	<b>66.162.552</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Desep/Cut a Partir de Pnad/lbge – <http://www.cut.org.br/a50110.htm> Acesso:16 outubro de 2001

Analisando os números da tabela acima, conclui-se o seguinte: o número de pessoas empregadas em relação ao número total de trabalhadores vem caindo: - em

1992 representavam 52,61% enquanto que em 1997 eram apenas 51,91%. Isto pode significar que parte está se transformando em empregador (cujo índice aumentou), ou em trabalhador informal.

GRÁFICO 02 - Índice de Trabalhadores com Carteira - 92/97

Como se pode verificar, há uma diminuição relativa da população trabalhadora. A contrapartida, obviamente, é o aumento do número de desempregados.

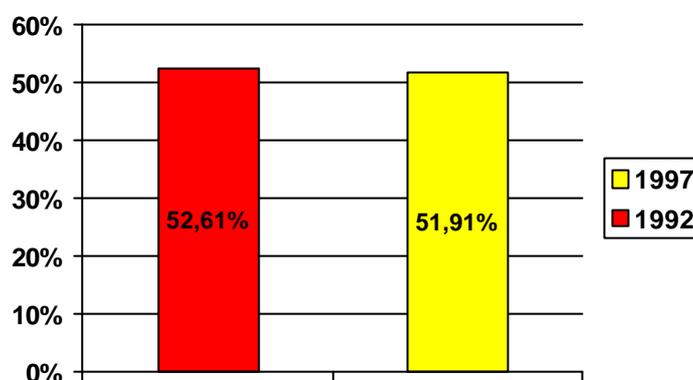
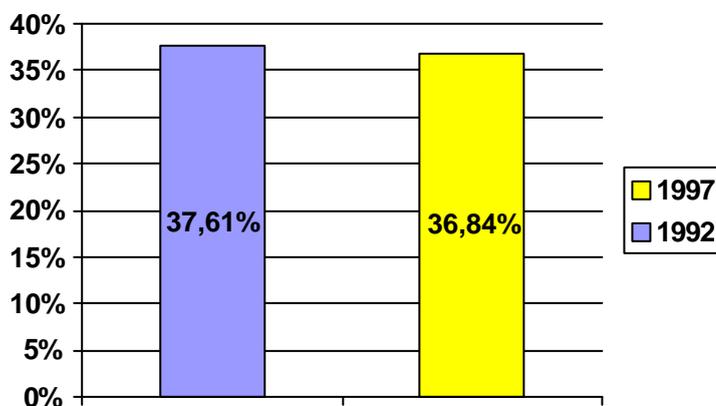


GRÁFICO 03 - Volume de Trabalhadores sem Carteiras - 92/97

O número de trabalhadores com emprego formal (carteira assinada), também vem diminuindo: eram 37,61% em 1992 e somente 36,84% em 1997;



Índice de trabalhadores com carteira assinada

GRÁFICO 04 – Volume de Trabalhadores Informais entre 92/97

O volume de empregados sem carteira, ao contrário, vem aumentando: em 1992 representava 14,99% e em 1997 15,10%, na mesma medida vem diminuindo o número de trabalhadores com registro;

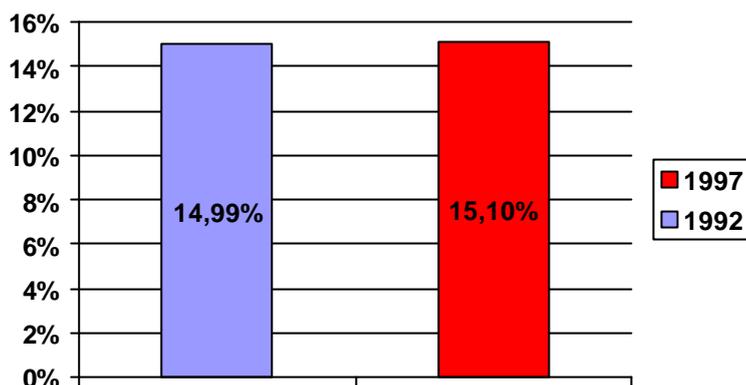
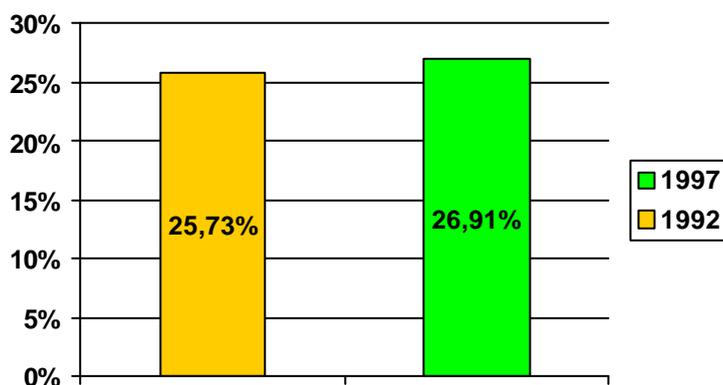


GRÁFICO 05 – Aumento do Desemprego entre 92/97

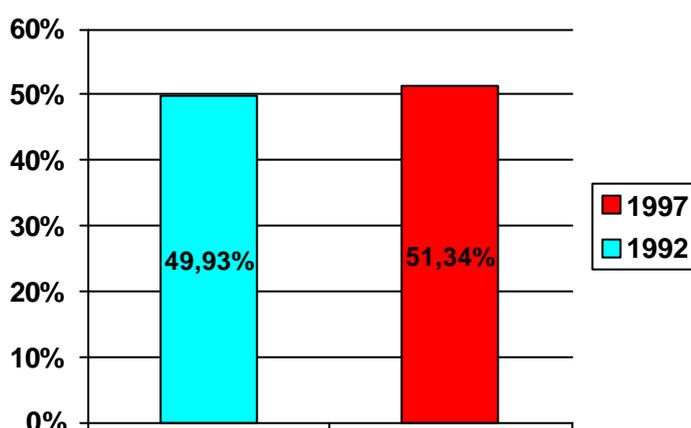
O volume de trabalhadores informais está aumentando – de 25,73% em 1992 aumentou para 26,91% em 1997;



## GRÁFICO 06 - Aumento de Trabalhadores Ativos sem Registro Formal entre 92/97

Enquanto isso o número de empregadores, aumentou ainda mais com a absorção de parte dos trabalhadores que perderam ou deixaram seus empregos. Se somarmos os valores dos itens III (volume de empregados sem carteira) e IV (volume de trabalhadores informais), mais o volume dos empregadores, teremos um aumento substancial de trabalhadores ativos sem registro formal. De 49,93%, que representavam em 92, aumentou para 51,34% da população trabalhadora em 97. Um aumento de 1,41 pontos percentuais em cinco anos;

### Trabalhadores Ativos com Registro Formal



Ficam assim evidenciadas algumas das razões que devem preocupar a população brasileira, em especial aqueles que têm a responsabilidade de planejar e administrar instituições de previdência no Brasil.

- e) Aumento de Mulheres no Mercado Trabalho – Este é outro item que vem modificando sensivelmente a oferta de trabalhadores nos últimos anos. O quadro seguinte dá bem uma demonstração desta evolução num mercado historicamente dominado pelos homens, observando que no ano de 1996, na faixa de 25 a 39 anos, 95% das mulheres trabalhavam, contra 58,2% apenas sete anos antes. Isso representa uma evolução fantástica, que altera substancialmente as relações de trabalho formal e informal. Se verificarmos a

tabela a seguir, notaremos que em todas as faixas de idade houve aumento de participação das mulheres, enquanto os homens, ao contrário, tiveram queda.

TABELA 08 – Evolução da Taxa de Participação no Trabalho, por Sexo e Faixa Etária – Região Metropolitana de São Paulo – 1989/96 – (em %)

Faixa etária <sup>13</sup>	Mulheres		Homens	
	1989	1996	1989	1996
<b>Total</b>	<b>46,1</b>	<b>50,2</b>	<b>77,3</b>	<b>74,5</b>
10 a 14 Anos	9,7	7,9	19,4	13,6
15 a 17 Anos	55,3	46,4	74,9	59,1
18 a 24 Anos	67,8	69,9	92,6	89,0
25 a 39 Anos	58,2	67,8	96,4	95,0
40 anos e mais	33,4	40,1	72,7	74,1

Fonte: SEP. Convênio Seade/DIEESE. – Disponível em: <[www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br)> Cresce a Participação da Mulher no Mercado de Trabalho. Acesso em: 06 de outubro de 01

Embora esta tabela se refira especificamente à região metropolitana de São Paulo, acredita-se que o comportamento das demais regiões brasileiras não seja muito diferente, o que explica os índices de desemprego brasileiros. Ou seja, a oferta de mão-de-obra oriunda de novos trabalhadores não se compõe apenas de mulheres jovens, mas também de mulheres com mais idade que se mantinham potencialmente aptas ao trabalho, mas que por alguma razão só agora passaram a se oferecer para ao mercado.

Tomando este quadro no contexto do presente estudo, depreende-se que o país não teve que gerar postos de trabalho somente para os jovens que alcançavam idade de trabalho, mas também para absorver o ingresso de significativa parcela da população feminina que por alguma razão se mantinha inativa. Isto aumentou a carga de responsabilidade e o desafio de criar empregos em razão mais que proporcional ao crescimento da população, em meio à evolução da tecnologia que pressiona em sentido contrário, suprimindo trabalho humano.

<sup>13</sup> Gráfico mostrando a evolução total por sexo.

## CAPITULO III

### 3 PREVIDÊNCIA PRIVADA

Já as empresas de Previdência Privada são instituições privadas criadas por entidades particulares, que têm como objetivo promover a venda dos respectivos planos de previdência, administrar os valores a elas confiadas, combinando segurança e rentabilidade nas inversões dos recursos, de forma a aumentar o valor dos benefícios aos futuros aposentados.

Segundo Flávio Ramos, vice-presidente Icatu Hartford Seguros:

Os planos de previdência dividem-se em dois grandes grupos: os fundos de pensão e os planos abertos. Os fundos de pensão são constituídos para atender empresas muito grandes, sobretudo estatais, e apresentam princípios muito rígidos de funcionamento. Já os planos abertos representam o segmento mais dinâmico do mercado de previdência, pois são capazes de atender pessoas físicas e empresas de qualquer tamanho.<sup>14</sup>

Segundo a Lei n.º 6.435, de 15.07.1977<sup>15</sup>, regulamentada pelos Decretos n.º 81.402 e n.º 81.240, a Previdência Complementar (Privada) é “um seguro ou investimento do trabalhador, que surgiu para suplementar os benefícios da Previdência Oficial (INSS), com recursos financeiros adequados a sua subsistência”, com vistas aos seguintes principais benefícios:

a) “renda mensal vitalícia de aposentadoria, com opção de reversão ao cônjuge; b) renda mensal temporária certa; c) renda mensal vitalícia por

---

<sup>14</sup> **Convergência entre previdência privada e seguro de vida.** Disponível em <<http://www.amchamrio.com.br/servicos/publica/bb/bb0901/artigo7.htm>>. Acesso: 03 de outubro de 2001.

<sup>15</sup> **Histórico da Previdência Social.** Disponível em <[http://www.mpas.gov.br/01\\_03\\_01.htm](http://www.mpas.gov.br/01_03_01.htm)>, acesso em: 16 de agosto de 2001.

invalidez total e permanente, com opção de reversão ao cônjuge e no caso de morte do participante: 1 – pensão mensal vitalícia ao cônjuge; 2 – pensão aos filhos menores de 24 anos; 3 – pecúlio a beneficiários”. (Disponível em: <[www.suaprevidencia.com.br](http://www.suaprevidencia.com.br)>. Acesso em: 03 de agosto de 2001).

Assim, os planos de previdência privada destinam-se ao público em geral, especialmente àqueles que não possuem carteira de trabalho assinada, não recolhem encargos para a previdência social, mas precisam de um mecanismo de amparo mínimo para sua inatividade futura, ou ainda, àqueles que já recolhem uma parcela mensal para a previdência social, mas querem complementar sua aposentadoria para melhorar os níveis de seus benefícios no futuro. Enquanto que para os empregados de empresas e organizações públicas e privadas, destinam-se os fundos de pensão, basicamente com os mesmos objetivos, apenas que restritos para funcionários da entidade.

Para participar de um plano de Previdência Privada é muito fácil. Basta ter de 0 a 70 anos e, no caso de contratar benefícios de risco como invalidez, pensão e pecúlio, ter entre 14 e 60 anos e fazer uma declaração de saúde.

Quando se tratar de planos Privados Abertos, nem é preciso comprovar vínculo empregatício ou de trabalho. Qualquer cidadão pode ter acesso a planos dessa natureza, bastando enquadrar-se nas faixas e nas condições acima citadas. (Disponível em: <[www.suaprevidencia.com.br](http://www.suaprevidencia.com.br)>. Acesso: 03 de agosto de 2001).

Segundo a “Declaração dos Direitos Humanos”<sup>16</sup>, elaborados pela ONU - Organização das Nações Unidas em 1948, tem no seu artigo 22 a seguinte declaração:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social e à realização, pelo esforço nacional, pela cooperação internacional de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos

---

<sup>16</sup> **Declaração dos Direitos Humanos – ONU, 1948.** Disponível em: <[www.anapp.com.br/anappnoticias/cgj/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reade](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgj/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reade)>. Acesso em: 15. de agosto de 2001.

econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

Isto é interpretado pela ANAPP da seguinte maneira:

Toda pessoa, como membro da sociedade, tem direito aos seguros em casos de desemprego, doença, invalidez, velhice e outros de perda dos seus meios de subsistência por circunstâncias independente de sua vontade. (Anapp, 15.08.2001)

O direito universal de amparo à vida humana, reconhece na instituição do seguro um mecanismo justo para atender aos anseios de dignidade, de trabalho, de saúde e educação, entre outros.

### **3.1 Previdência Privada como Instrumento de Poupança**

Instituída pela lei nº 6.435 de 15.07.1977 e regulamentada pelos Decretos nº 81.402 e nº 81.240, a Previdência Complementar (Privada) é “um Seguro ou Investimento do trabalhador, que surgiu para suplementar os benefícios da Previdência Oficial (INSS), com recursos financeiros adequados à sua subsistência”, com vistas aos seguintes principais benefícios:

Renda mensal vitalícia de aposentadoria, com opção de reversão ao cônjuge; b) renda mensal temporária certa; c) renda mensal vitalícia por invalidez total e permanente, com opção de reversão ao cônjuge e no caso de morte do participante: 1 – pensão mensal vitalícia ao cônjuge; 2 – pensão aos filhos menores de 24 anos; 3 – pecúlio a beneficiários. (Disponível em: <[www.suaprevidencia.com.br](http://www.suaprevidencia.com.br)>. Acesso em: 03 de agosto de 2001).

Como se pode ver, as previdências tanto públicas como privadas, são instituições de proteção ao trabalhador e a sua família, com intervenção especial nos seus momentos de dificuldade e perda de entes da família, especialmente do chefe e mantenedor, assim como nos casos de incapacidade de trabalho por invalidez ou

velhice. Dessa forma, tal como o seguro, a previdência tem o objetivo de amparar materialmente a família do associado, dando-lhe segurança e dignidade.

### 3.1.1 Função Indireta

Contudo, as instituições de previdência privada com seus respectivos fundos de pensão, cumprem um segundo objetivo da maior importância para o País. Como já foi afirmado na justificativa deste trabalho, a Previdência Privada cumpre também o papel de instrumento captador e acumulador de riqueza da sociedade e disponibilizador dessas quantias, para o mercado, para alavancar seus planos e projetos de construção e ampliação de unidades produtivas.

Através dessas organizações milhares de pessoas passam a economizar, repassando mensalmente aos seus planos de previdência, valores que vão se acumulando suas contas individuais, cujos administradores têm a incumbência de disponibiliza-los ao mercado, fazendo-os render para aumentar as suas reservas, e poder, no futuro, melhorar os níveis dos benefícios de quem poupou.

Para atender a essas aspirações, as administradoras dos fundos, que não são as proprietárias desses valores, nem deles podem se aproveitar, a que título for têm como obrigação zelar pelos recursos aplicando-os e oferecendo-os com segurança, aos segmentos produtivos da sociedade, para produzir e render. Para as empresas produtoras as instituições de previdência privada passam a figurar como importantes fornecedoras de recursos de longo prazo, os mais apropriados para alavancagem dos projetos de grande envergadura.

O papel da “previdência” como instituição promotora do desenvolvimento econômico de um País, fica muito claro no pronunciamento do Deputado José Pimentel:

Os Fundos de Pensão têm como objetivo principal a complementação da aposentadoria, mas, além disso, podem propiciar ao país a alavancagem da economia através da elevação dos níveis de poupança interna. Os fundos estão cumprindo um importante papel na recuperação de uma série de empresas que foram privatizadas e que agora estão sendo saneadas. Também estão ajudando na recuperação de empresas privadas que

estavam sofrendo uma crise de falta de capital de giro. Com isso, as entidades fechadas de previdência contribuem para a manutenção do nível de emprego. (PIMENTEL, José Deputado PT - Disponível em: <[www.abrapp.org.br/revistas](http://www.abrapp.org.br/revistas)> Acesso: 18 de outubro de 2001).

Sobre este assunto encontramos ainda, no endereço eletrônico referenciado, o seguinte artigo, extremamente claro e enfático sobre o papel social da previdência privada, como “instrumento fortalecedor da economia nacional”. Diz o texto:

Além do profundo sentido social da Previdência Privada, desempenha ela uma significativa função econômica, de amplos reflexos na estruturação da sociedade nacional. As entidades de previdência abertas e fechadas constituem-se num dos mais importantes mecanismos de formação de poupança interna, acumulando patrimônios de proteção e sustentação na velhice, como também de oferta de recursos para investimento. A Previdência Privada é hoje o maior investidor institucional no Brasil. Seus ativos financeiros estão a serviço da economia nacional, fortalecendo as atividades produtivas e servindo à política econômica. Aplicando compulsoriamente volumosas parcelas em títulos públicos, ações e outras modalidades financeiras, a poupança gerada pela Previdência Privada é o mais forte catalisador de poupança de longo prazo, assim como instrumento de regulação da política econômica. (<http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader>, Acesso em: 03 agosto de 2001).

### **3.2 Poupança Previdenciária no Brasil**

Os Fundos de Pensão (fechados) já acumulam hoje, no Brasil, recursos superiores a R\$ 140,0 bilhões de reais, que somados aos mais de R\$ 20 bilhões das empresas de Previdência abertas, já somam mais de R\$ 160,0 bilhões de poupança popular, aproximadamente 15% do PIB brasileiro. (Disponível em: <[www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br)>, e Notícias – Radar, anapp. Acesso: 29 de agosto de 2001).

Significa um volume que não chega ao ideal, pois o país necessitaria de 4 (quatro) vezes mais só para pagar suas dívidas interna e externa que já ultrapassa os R\$ 600 bilhões e se libertar totalmente das investidas especulativas nos momentos de crise internacional do qual tem sido afetado. Os especuladores sabem do volume da nossa dívida e por isso pressionam contra essa fragilidade para forçar elevação dos juros para manter seus recursos no país. Porém, mesmo assim, R\$ 160 bilhões não é nenhum valor desprezível. ([www.bancodenoticias.com.br](http://www.bancodenoticias.com.br), Acesso em: 29.08.2001).

### **3.3 Sistemas de Previdência Complementar**

Existem dois grandes grupos de previdência privada, “as previdências abertas e as previdências fechadas”. Em princípio, ambas têm o mesmo objetivo e seus desenhos em termos de benefícios são semelhantes. O que as diferencia contudo, é o objetivo com que cada uma tem sido constituída, segundo a Lei Complementar n.º 109 de 29.05.2001, Art. 31 e 35, tem-se a seguinte classificação:

- a) Fechadas – são as previdências acessíveis exclusivamente aos empregados de uma empresa ou grupo de empresas, aos servidores públicos Federais, Estaduais e Municipais e aos associados ou membros de pessoas jurídicas de caráter profissional, classista ou setorial;
- b) Abertas – aquelas constituídas sob a forma de sociedades anônimas que têm por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis a quaisquer pessoas físicas, inclusive funcionários públicos.

Segundo a ANAPP, todavia, “a diferença entre os dois modelos se torna gigantesca quando falamos dos fundos de pensão das empresas estatais brasileiras,

porque o que acontece é que muitos dos fundos dessas empresas vêm passando por grandes dificuldades”.<sup>17</sup>

De acordo com essa mesma fonte, suspeita-se de que o patrimônio de algumas delas não corresponde mais ao volume de compromissos que possui diante dos seus associados e que por isso, terá dificuldade de honrá-los no todo, quando chegar o momento de cumprir com os compromissos já assumidos com seu quadro de associados. Esta situação pode ser verificada no pronunciamento a seguir:

Agora mesmo, mais uma vez, o fundo de pensão dos funcionários da Petrobrás está com um rombo que ninguém sabe o tamanho e mais de cem outros fundos enfrentam sérios problemas com patrimônios abaixo do que deveriam estar, para fazer frente aos compromissos com seus participantes.<sup>18</sup>

O autor do mesmo texto continua:

Essa diferença não é técnica<sup>19</sup>, mas política e quem paga a conta são todos os brasileiros. Desde o começo dessa história, lá se vão algumas décadas, a coisa sempre andou de lado, e já tem custado alguns bilhões de dólares para a sociedade como um todo, mas beneficiado apenas o reduzido grupo de funcionários dessas organizações.

Outra importante questão a ser considerada, é que as atuais empresas de previdência complementares fechadas, pertencentes a empresas ou grupos privados, foram todas constituídas sem regras de funcionamento específico. Logo, não obedeciam quaisquer órgãos de regulamentação ou de fiscalização. Cada qual

---

<sup>17</sup> ANAPP (Associação Nacional das Previdências Privadas), “**Diferenças entre a previdência privada aberta e fechada**”, 2001. Disponível em: <<http://www.anapp.com.br/anapp/noticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader>>. Acesso em: 15.08.01.

<sup>18</sup> Idem, ibidem.

<sup>19</sup> O autor se refere a um caso curioso em que a funcionária encarregada da fiscalização desses planos foi demitida pelo ministro da Previdência Social porque este teria decidido que “era tempo de aplicar a lei e colocar um pouco de ordem na festa”. ... Essa funcionária tentava ordenar patrimônios de bilhões de reais e garantir a aposentadoria dos integrantes de mais de cem planos em dificuldade, quando o ministro, alegando “diferenças de estilos e que ninguém precisava saber de nada”, mesmo com rombos tendo que ser cobertos pelo caixa das estatais ou pelo Tesouro Nacional, como já aconteceu no passado, decidiu simplesmente demiti-la. **Diferenças entre a previdência privada aberta e fechada.**

<http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader>>. Acesso em: 15.08.01. (D-12)

estabelecia regras próprias, oferecendo pouca segurança para os seus investidores. Como seria de se esperar, muitos desses planos faliram, carregando consigo não apenas as economias de milhares de associados, mas também a confiança no embrião de um sistema da mais importância para o desenvolvimento do País.

### **3.4 Mecanismos de Proteção do Sistema de Previdência Privada**

Atualmente o sistema de previdência privada se encontra sob condições mais rígidas de operação como estratégia para conquistar um conceito mais respeitoso e confiável. Para tanto, foram estabelecidas algumas normas a que estão submetidas as empresas de previdência privada abertas, como segue:

- a) Nenhuma entidade poderá instituir planos de Previdência Privada sem que esteja autorizada pelo Governo federal através do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, precedida de processo pelo qual são satisfeitas todas as exigências legais que regem a matéria.
- b) Nenhum plano poderá ser operado pela entidade sem que esteja aprovado pelo órgão executivo do Sistema, concebido dentro dos parâmetros técnico-atuariais impostos pelo órgão normativo e regulado em obediência às normas gerais e técnicas oficiais. A liberação dos planos abrange até a prévia aprovação de folhetos e demais materiais explicativos utilizados na comercialização.
- c) As parcelas de custeio capitalizáveis para a garantia dos benefícios são prefixadas e aplicadas em modalidades de investimentos direcionadas e delimitadas pelo Conselho Monetário Nacional.
- d) Os investimentos são totalmente controlados pela SUSEP de acordo com diretrizes do Conselho Monetário Nacional e os bens garantidores das Reservas são custodiados, não podendo ser alienados ou agravados de qualquer maneira sem prévia autorização oficial.

- e) Periodicamente as entidades são obrigadas a enviar aos órgãos governamentais dados concretos sobre sua situação econômico-financeira e atuarial através de relatórios mensais, trimestrais e semestrais.
- f) Todos os balanços de avaliações relativas à situação da entidade e seus planos de benefícios são submetidos a auditores independentes, registrados no Banco Central.
- g) Nenhuma alteração de disposições regulamentares relativas aos planos, bem como de suas tabelas, poderá ser feita sem o prévio consentimento dos órgãos governamentais.
- f) São vedadas às entidades abertas quaisquer operações comerciais ou financeiras com as pessoas de seus dirigentes, extensiva a vedação aos cônjuges, parentes até 2º grau e empresas de que elas participem.
- i) Os órgãos diretivos são constituídos de acordo com normas previstas, estabelecendo responsabilidades e exigindo idoneidade notória, além de declaração de bens dos titulares.
- j) O regime repressivo expresso em Lei prevê, nos casos de ação ou omissão lesiva aos interesses da entidade ou participantes, penalidades que incluem a detenção dos dirigentes e interdição de seus bens pessoais.

### 3.4.1 Limites de Aplicação de Recursos

Como comprovação destes mecanismos, reproduz-se a seguir uma tabela com os percentuais máximos de aplicação de recursos dos fundos de previdência por setor da economia, com a finalidade específica de desconcentrar aplicações em setores de risco e diminuindo a possibilidade de prejuízos maiores.

TABELA 09 – Limites Máximos de Investimentos das Empresas de Previdência no Brasil

MODALIDADE	LIMITE MÁXIMO
Títulos Públicos	100%
Renda Fixa	80%
Renda Variável	50%
Títulos Rurais	3%
Fundos Imobiliários	10%
Fundos de Empresas Emergentes	5%
Imóveis	20% até 31/12/1997
	19% até 31/12/1998
	18% até 31/12/1999
	17% até 31/12/2000
	16% até 31/12/2001
	15% a partir de 01/01/2002
Empréstimos a Participantes	3%
Financiamento Imobiliário a Participantes	7%
Empréstimos a Patrocinadores	10%

Fonte: Flexibilidade é a regra para o sucesso nos investimentos. Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/revistas/259/pesquisa.htm>, Acesso: 02 de novembro de 2001.

Percebe-se nesta tabela que são 10 (dez) as destinações possíveis para os recursos das empresas de previdência aplicarem, com prioridade para aquelas de renda fixa. Embora esta diversidade de aplicação possa diminuir seu rendimento, trata-se de uma estratégia de proteção dos contribuintes em que a segurança do sistema é mais importante que o rendimento acentuado.

### 3.5 Modelos de Previdência Privada

Quanto à forma de constituição dos planos de previdência complementar, objetivando definir quanto terá que pagar mensalmente ou quanto pretende usufruir quando se aposentar, os planos oferecem basicamente duas modalidades:

### 3.5.1 Planos de Contribuição Definida

Que consistem de planos onde o contribuinte estabelece a quantia que quer ou pode pagar mensalmente para a formação do seu fundo individual, e cujo valor, acumulado pelas contribuições periódicas mais os rendimentos auferidos nesse tempo, farão o valor do montante total que poderá ser resgatado nas formas do plano, ou usufruída como renda mensal pelo período a que tiver direito.

Neste caso o valor da renda mensal vitalícia que auferirá a partir da data estabelecida, dependerá dos seguintes fatores:

- a) idade de início de contribuição;
- b) valor, cadência e aportes extras que fizer à sua conta de reserva;
- c) o tempo que permaneceu contribuindo.

### 3.5.2 Planos de Benefício Definido

Representa os planos em que o participante estabelece, já no ato da contratação, o valor da renda mensal vitalícia que pretende receber quando se aposentar. A partir daí, considerando sua idade naquele momento e a idade com a qual pretende iniciar o recebimento dos benefícios, o cálculo atuarial determina o valor que deverá depositar mensalmente em sua conta de previdência.

Vale dizer que, quanto maior o tempo e quanto maior o valor da contribuição, maior será o valor da reserva e mais alta a renda mensal que passará a receber. Da

mesma forma, quanto mais cedo começar e mais tarde deixar de contribuir, menor será o valor das contribuições mensais.

Assim, o valor da contribuição mensal será produto de três fatores:

- a) da idade de ingresso;
- b) da idade de retirada ou tempo de contribuição;
- c) do valor da renda mensal que pretende receber.

No momento da retirada (início da aposentadoria), são quatro as modalidades de renda a escolher:

- a) Renda Mensal Vitalícia: que será paga ao titular em parcelas mensais vitalícias;
- b) Renda Mensal Vitalícia com Reversão ao um Beneficiário: paga ao titular enquanto este viver e depois ao beneficiário por este indicado na proposta;
- c) Renda Mensal Vitalícia com Prazo Mínimo Garantido: garante uma renda mensal vitalícia para o titular e caso faleça durante o período garantido a renda será distribuída entre os beneficiários definidos na proposta definida na proposta;
- d) Renda Mensal Temporária: será paga uma renda mensal pelo período que o titular definir no plano. (Manual do PGBL da *Nationwide* Marítima Vida e Previdência, p. 5. [www.nationwidemaritima.com.br](http://www.nationwidemaritima.com.br), Acesso em: 15.11.01).

Isso significa que quanto antes adquirir um plano e quanto mais tarde iniciar a retirada dos benefícios, tanto menor o valor da contribuição mensal e tanto maior a retirada futura.

### 3.6 Inovações Mercadológicas

A iniciativa privada se caracteriza pela dinâmica operacional onde a procura de inovações e melhorias dos bens e serviços que oferece é a regra.

Assim é que, adaptado do modelo americano “401”, de previdência privada, as empresas brasileiras também apresentam ao mercado o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), um novo modelo de previdência, mais flexível e mais adequado aos diversos estilos de poupadores, mais conservadores, moderados ou arrojados.

Nesta modalidade do PGBL o contribuinte terá a oportunidade de definir, já no momento da contratação, em qual modalidade de carteira vai querer colocar suas contribuições:

- a) na carteira de títulos de renda fixa (conservadora) com rendimento menor, mas garantido ou;
- b) na composta por maior ou menor percentual de títulos de renda variável como ações, títulos imobiliários, moedas e outros, que dependem das cotações diárias do mercado.

Esta última pode permitir um ganho maior, especialmente a longo prazo, mas também oferece riscos de perda maior, especialmente a curto prazo. O estilo de cada aplicador quanto ao risco que está disposto a correr, definirá a modalidade do plano que irá escolher.

Nesse sentido o PGBL (Plano Gerador de Benefícios Livres), representa uma inovação em produtos previdenciários que traz como principal novidade a flexibilidade e a interatividade do contribuinte com a administração do seu plano.

As novidades do PGBL são basicamente as seguintes:

- a) contribuições mensais ou esporádicas;
- b) possibilidade de definir qual o tipo de fundo financeiro mais adequado ao perfil do aplicador, se mais conservador, moderado ou arrojado;
- c) dedução das contribuições de IRRF até o limite de 12% sobre a renda bruta anual;
- d) não incidência de tributação nos ativos do fundo, o que pode se traduzir em mais rentabilidade do que os tradicionais.
- e) portabilidade dos recursos para outro fundo se por alguma razão achar conveniente.

Estas novidades vêm mexendo com o mercado, cujo ritmo de crescimento, segundo alguns autores vem alcançando níveis de até 40% a.a. como informa Bernardes (2002):

Existem no País cerca de 4,3 milhões de contas de previdência privada, somando um ativo de R\$ 12 bilhões. Calcula-se que o mercado potencial seja de 15 milhões de clientes. De olho neles, o mercado deve diversificar cada vez mais seu portfólio de PGBL's (Bernardes, Ernesto, Revista Dinheiro, 2002).

Ainda a esse respeito Cristóvão explica que:

Se acreditarmos nas previsões da maioria dos analistas e economistas a respeito das perspectivas econômicas do Brasil nos próximos anos e considerando-se um cenário externo também favorável, as reservas (somente de previdência privadas abertas) poderão estar, em 2010, ao redor de R\$ 200 bilhões. (Cristóvão, 2002)

A iniciativa privada está sempre à procura de novidades para os negócios do setor. Assim é que, vencidos os primeiros momentos de implantação do PGBL, já surge nova frente de disputa: o assédio cada vez mais acirrado das seguradoras e administradoras de planos por empresas que já possuem ou patrocinam fundos de pensão para seus funcionários, como é o caso das estatais. Estas começam a ser disputadas com oferta de vantagens inequívocas aos associados, tais como ganhos de escala por participar de reservas acumulados maiores e com experiência internacional. Com esse objetivo cativam inclusive as pequenas e micro empresas.

É o caso da BrasilPrev que, segundo Molina (2001, p. B1), lançou “no segundo semestre de 2000 um programa especial de criação de escritórios regionais para buscar clientes corporativos”, cujo trabalho constitui-se em contatar as empresas e apresentar-lhes um estudo detalhado de cada caso. Em seguida apresentam as opções mais viáveis e discutem com a direção da empresa as alternativas mais adequadas, passando a administrar seu fundo daí em diante. As demais empresas e seguradoras do setor começam a adotar planos semelhantes, “usando a argumentação como benefício e atrativo de Recursos Humanos para atração de funcionários”.

Outro foco de investida das seguradoras ainda velado, mas já em franca competição de acordo com Santos (2001, p. B1), está na tarefa de conquistar as empresas patrocinadoras com fundos já constituídos (especialmente estatais), a migrarem a gestão dos seus planos. Trata-se de um montante extremamente atrativo, pois registram uma reserva de mais de R\$ 136 bilhões em aplicações e investimentos no Brasil. Um volume praticamente 10 (dez) vezes maior do que o acumulado dos planos abertos até esse momento. Neste trabalho chegam a oferecer como atrativo, “a assunção dos riscos de gestão financeira do patrimônio”, cuja responsabilidade “no atual sistema atual é dividido entre os gestores, os participantes e os patrocinadores”, com o argumento das vantagens da “experiência de empresas mundiais, com a qualidade de gestão e custos mais baixos”.

As disputas, entretanto não param aí. Outra investida dos Planos de Previdência ocorre na disputa dos mercados de jovens. Hoje já é possível fazer-se um plano de previdência privada para um recém-nascido. Trata-se de um mercado que nasce

com forte apelo emocional, na medida em que explora a emotividade paterna e o baixo valor da contribuição mensal. Em troca oferece a possibilidade de um patrimônio para início de atividade ou uma aposentadoria vantajosa aos 50 anos, ou, então, a possibilidade de recursos para financiar seus estudos.

A respeito do mercado de jovens, informa Nort, (1997, p.393-401), que “60% dos americanos, na faixa dos 20 anos, já estão fazendo economias para sua aposentadoria”. Este fato começa a contagiar os brasileiros e uma após outra, as seguradoras brasileiras começam a oferecer seus planos para essas classes de pessoas.

Essas ações todas demonstram também a dinâmica das empresas privadas diante de novas situações, para as quais procuram imediatamente novas e mais adequadas opções de atendimento, bem como de adaptar-se às novas situações do mercado.

### **3.7 O Controle Governamental**

Exercendo uma das funções do governo, foi criada a Lei n.º 6.435 que rege a Previdência Privada e estabelece rígidas normas para criação, administração e fiscalização das empresas de planos de previdência. Segundo a ANAPP (Associação Nacional das Previdências Privadas) “nenhum ente privado é mais controlado pelo Poder Central do que as entidades abertas de previdência”.

Talvez por reflexo do desleixo com que este setor foi tratado no passado bem como do desvirtuamento que causou, e ainda, pelo interesse sócio econômico que tem para com a economia do País, nada mais racional e urgente que estabelecer regras para evitar novos erros.

### 3.8 A Experiência dos Fundos de Pensão no Brasil

A primeira tentativa de criação de fundos de pensão abertos no Brasil, as Caixas e os Montepios, não foi uma experiência muita bem sucedida. Deixou marcas negativas até hoje lembradas pela população mais idosa das “quais muitas confiaram parte das suas economias a estas instituições” O Sistema brasileiro de previdência privada.<sup>20</sup>

Diante dessa experiência e da importância deste segmento para a economia do país, nada mais oportuno que zelar pela segurança do sistema, para reconquistar a imagem junto aos brasileiros. Segundo Fantini e Oliveira “Inúmeras famílias têm ainda lembranças duras de parentes que viram escoar pelo ralo economias acumuladas anos a fio”, e “à imprevisibilidade dos tempos de inflação somavam-se a má administração e a roubalheira que assaltava montepios e caixas de pecúlio de outrora, com resultados sempre próximos de zero quando chegava a hora de deixar de trabalhar”.<sup>21</sup>

Desta forma, reconhecendo a importância do segmento como instrumento de desenvolvimento do país, o governo vem criando mecanismos para assegurar a máxima saúde ao sistema. Pois, como afirma Sergio Darcy, diretor de normas do Banco Central “todo esse dinheiro tem interesse estratégico para o país e ajuda *oxigenar* a economia brasileira, abrindo espaço para investimentos significativos em várias áreas”, e “nenhum país cresce sem investimentos maciços, especialmente de recursos dos próprios cidadãos, os mais saudáveis para a economia”.<sup>22</sup>

---

<sup>20</sup> NASSIF, Luiz. Futuro sem riscos. Ano 2 – edição nº 5, mai/jun/jul/1998, [www.brasilprev.com.br](http://www.brasilprev.com.br), Acesso: 15 agosto de 2001

<sup>21</sup> FANTINI e OLIVEIRA Disponível em: [www.anapp.com.br/anappnoticias/cgipublic/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgipublic/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader), Acesso: 31 de julho de 2001

<sup>22</sup> FANTINI e OLIVEIRA, Disponível em: [www.anapp.com.br/anappnoticias/cgipublic/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgipublic/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader), Acesso em: 01 de agosto de 2001

Para melhor avaliar as intenções oficiais brasileiras no sentido de melhorar a segurança do sistema de previdência, seguem algumas das principais regras de controle, que reforçam os mecanismos de segurança do setor:

- a) nenhuma entidade poderá instituir planos de Previdência Privada sem que esteja autorizada pelo Governo Federal através do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e precedida de processo pelo qual são satisfeitas todas as exigências legais que regem a matéria;
- b) nenhum plano poderá ser operado pela entidade sem que esteja aprovado pelo órgão executivo do Sistema, concebido dentro dos parâmetros técnico-atuariais impostos pelo órgão normativo e regulado em obediência às normas gerais e técnicas oficiais. A liberação dos planos abrange até a prévia aprovação de folhetos e demais materiais explicativos utilizados na comercialização;
- c) as parcelas de custeio capitalizáveis para a garantia dos benefícios são prefixados e aplicadas em modalidades de investimentos direcionadas e delimitadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- d) os investimentos são totalmente controlados pela SUSEP de acordo com diretrizes do Conselho Monetário Nacional e os bens garantidores das Reservas são custodiados, não podendo ser alienados ou agravados de qualquer maneira sem prévia autorização oficial;
- e) periodicamente as entidades são obrigadas a enviar aos órgãos governamentais dados concretos sobre sua atuação econômica financeira e atuarial através de relatórios mensais, trimestrais e semestrais;
- f) todos os balanços de avaliações relativas à situação da entidade e seus planos de benefícios são submetidos a auditores independentes, registrados no Banco Central;

- g) nenhuma alteração de disposições regulamentares relativas aos planos, bem como de suas tabelas, poderá ser feita sem o prévio consentimento dos órgãos governamentais;
- h) São vedadas às entidades abertas quaisquer operações comerciais ou financeiras com as pessoas de seus dirigentes, extensiva a vedação aos cônjuges, parentes até 2º grau e empresas de que elas participem;
- i) Os órgãos diretivos são constituídos de acordo com normas previstas, estabelecendo responsabilidades e exigindo idoneidade notória, além de declaração de bens dos titulares. O regime repressivo expresso em Lei prevê, nos casos de ação ou omissão lesiva aos interesses da entidade ou participantes, penalidades que incluem a detenção dos dirigentes e interdição de seus bens pessoais” (Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader) Acesso em: 15 de agosto de 2001).

### **3.9 Inovações no Sistema**

As dificuldades são estimulantes e fazem o homem procurar novas soluções. Assim é natural que novas alternativas acabem surgindo como propostas para solução dos impasses. O curioso é que, conforme informam Arenas de Mesa e Bertranou (20.10.2001):

Foi na América Latina – primeiro no Chile, depois na Argentina, no Peru e no Uruguai – que surgiram as primeiras inovações a respeito. Nesses países o sistema de repartição foi extinto (caso do Chile) ou convive com o de capitalização individual (caso da Argentina), ainda controlado e garantido pelo Estado, mas com administração privada. (Arenas de Mesa ; Bertranou, 20.10.2001)

Segundo Bautzer (1999), o sistema chileno foi totalmente privatizado, sendo que cada trabalhador tem a sua conta individual de previdência, para a qual contribui

com 10% (dez por cento) do seu salário mensal. Por sua vez o governo garante o equivalente a US\$ 130,00 caso o trabalhador tenha contribuído pelo menos 20 anos e o saldo não lhe garanta, no mínimo, essa importância. Embora se depare com importantes níveis de insatisfação conforme a autora, tais como: baixo nível de adesão dos trabalhadores autônomos e informais e o alto custo de administração, o sistema permitiu ao Chile formar, em 20 anos de capitalização privada, um fundo equivalente a mais de 50% do PIB. Isto representa uma fonte importantíssima de recursos para alavancar o desenvolvimento daquele país, a ponto de prescindir ou, pelo menos, diminuir significativamente a dependência de capital externo.<sup>23</sup>

No Brasil a reserva formada pelos fundos de previdência, abertas e fechadas já são equivalentes a 15% do PIB, algo em torno de R\$ 160 bilhões, sendo que o setor de previdência privada cresce ao ritmo extraordinário de 40% a.a. segundo a mesma fonte. A prosseguir nessa evolução, “em duas ou três décadas, eliminaríamos a humilhação de submeter mais de 10 milhões de segurados do INSS, ao salário mínimo”, diz Nort (1997, p 399).

Essa afirmação, embora firmada com base no princípio econômico de que não há crescimento sem investimento e nem investimento sem poupança, merece um estudo mais aprofundado (um excelente tema para uma tese de doutorado), para se poder afirmar que o crescimento da economia norte-americana tem íntima correlação com o volume de poupança da sua população e em que nível advindo deste instrumento.

Para ter uma idéia do potencial da sua origem e até para justificar o destaque do volume de recursos de investimento sempre apresentado pelos americanos, os planos de pensão e os ativos previdenciários respondem atualmente por mais de 70% do seu PIB, quase US\$ 10 trilhões de dólares.

Como diz Mendonça (2001):

---

<sup>23</sup> BAUTIZER, T. Chile tenta obter maior adesão de trabalhadores. 12.11.99. Disponível em: <[www.estado.estadão.com.br/edicao/encarte/previdencia/991112-513.html](http://www.estado.estadão.com.br/edicao/encarte/previdencia/991112-513.html)>. Acesso em: 01 de agosto de 2001.

O maior segredo do sucesso empresarial dos Estados Unidos é a soma fabulosa de algo próximo de US\$ 10 trilhões amealhados como poupança interna. Dez trilhões de dólares são uma vez e um terço do Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano. Colocando em números brasileiros, é algo próximo de 11 vezes o nosso PIB. É dinheiro em qualquer lugar da Terra. E esse volume gigantesco foi construído em boa parte com as reservas dos planos de previdência privada, que são atualmente os grandes controladores da economia dos Estados Unidos.<sup>24</sup>

Assim, com a somatória da poupança popular justifica a extraordinária pujança com que a economia norte americana avança em todos os setores econômicos no país e no mundo.

### 3.10 Taxas de Natalidade e Crescimento da Expectativa de Vida

Segundo informações do IBGE, a taxa de fecundidade brasileira vem caindo sensivelmente nas últimas décadas, conforme demonstra o quadro a seguir:

TABELA 10 – Taxas de Fecundidade Brasileiras

ANO	TAXA
1960	6,3
1970	5,8
1975	4,3
1984	3,6
1991	2,6
2000	2,3

Fonte: STEPHANES (1998, p 125) e ALMEIDA COSTA. Arivaldo de, **Projeto Genoma**. Disponível em <[http://www.cfm.org.br/jornal/jornais2001/marco-abril/Fala\\_Medico.htm](http://www.cfm.org.br/jornal/jornais2001/marco-abril/Fala_Medico.htm)>, Acesso em: 24 de novembro de 2001

<sup>24</sup> MENDONÇA, Antonio Penteado. Advogado e consultor especializado em seguros, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e comentarista da Rádio Eldorado, 2001. Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/11/19/eco043.html> . Acesso: 03 de fevereiro de 2002.

Como se pode verificar, em 40 anos essa taxa caiu incrivelmente de 6,3 filhos por mulher, para 2,3 apenas, o que representa uma queda muito acentuada de mais de 63% em 4 décadas apenas, decorrente de fatores sociológicos naturais, pois não teve a influência de propaganda oficial específica, a não ser de incentivo ao uso de preservativos como proteção contra contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Contudo, a tendência não só brasileira, mas mundial como observa Stephanes (1998, p. 124-125): “o mundo encontra-se num processo de declínio acelerado da fecundidade. A taxa de fecundidade média mundial, que em 1950 era de 5 (cinco) filhos por mulher, passou para 4 em 1975; para 2,9 em 1990; e a 2,8 em 1996” e configura-se como “o causa principal na redução da taxa de crescimento populacional e na mudança da estrutura etária da população”.

Em consequência da queda da taxa de fecundidade caiu também a taxa de crescimento demográfico. Segundo este autor, os dados do IBGE indicam que a taxa de crescimento do Brasil era de 1,9% em 1991 e que “mantidas as tendências atuais daqui a 30 anos a população brasileira não mais crescerá.” Para Stephanes (1998, p.126) isto significa que haverá um rápido envelhecimento da população, que causará um aumento significativo da relação entre o número de idosos e pessoas em idade ativa, o que demógrafos denominam de “taxa de dependência da população idosa”.

Inversamente à queda da natalidade, vem evoluindo no mundo a expectativa de vida das pessoas. No Brasil, só na última década, o índice cresceu 3 anos e meio. Isto faz com que a expectativa de vida do brasileiro hoje já seja de 68 anos em média, segundo Stephanes (1998 p.128), que ainda observa:

No entanto, como a esperança de vida ao nascer é fortemente influenciada pela mortalidade infantil que ainda é muito alta no Brasil, a análise desse indicador deve ser complementada pela análise da esperança de vida adicional ou sobrevida em idades mais avançadas.

Isto nos remete à constatação de que a expectativa de vida dos que sobrevivem, na verdade, é maior do que a média oficial, visto que esta é influenciada pela

mortalidade infantil, na medida em que inclui os óbitos dos recém-nascidos, ainda altos.

Assim, considerando apenas aqueles que sobrevivem, os brasileiros estão vivendo mais do que a média anunciada pelas estatísticas. A tabela a seguir retratado de Stephanes (1998, p.128), dá bem a nova dimensão dessa realidade.

TABELA 11 – Esperança de Vida por Idade – Brasil 1995

IDADE	HOMENS	EXPECTATIVA	MULHERES	EXPECTATIVA
01	66,8	67,8	73,0	74,0
10	58,4	68,4	64,7	74,7
20	48,6	68,6	55,0	75,0
30	40,3	70,3	45,5	75,5
40	31,9	71,9	36,3	76,3
50	24,0	74,0	27,3	77,3
55	20,3	75,3	23,5	78,5
60	16,9	76,9	19,7	79,7
70	11,2	81,2	13,1	83,1
	<b>MÉDIA</b>	<b>72,7</b>		<b>77,1</b>

Fonte: Stephanes (1998, p.128)

Por este quadro percebe-se que a expectativa de sobrevida de um homem de 55 anos é de chegar aos 75,3 anos, enquanto que de uma mulher com a mesma idade é de chegar aos 78,5 anos. Uma diferença grande em relação à média de 68 anos de expectativa brasileira.

Esse aumento representa um dado social positivo, pois espelha o êxito da política e das ações oficiais no sentido de melhorar a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.

Pensando em termos de Previdência, contudo, a combinação destes dois fatores, representa uma séria ameaça ao equilíbrio financeiro das contas da previdência, por duas razões:

1. porque aumenta o período de recebimento dos benefícios;

2. porque diminui o ingresso de novas pessoas ao mercado de trabalho, diminuindo a expectativa de receita para a instituição via encargos sociais, para sustentar a população aposentada.

### 3.11 Trabalho

“No suor do rosto comerás o teu pão (...) Gn 3.19”.<sup>25</sup>

O trabalho, legado bíblico que supostamente o homem recebeu como castigo por desobediência ao seu Criador, continua sendo uma das suas maiores preocupações e também aspirações do homem moderno, mesmo sendo um vocábulo pouco simpático aos povos e classes em todos os tempos.

Os gregos livres, por exemplo, já “encaravam o trabalho dependente com o maior desprezo”. Segundo Aristóteles e Platão, “toda execução de objetos materiais – até mesmo a de obras de arte como as estátuas de Praxíteles – representava uma atividade de segunda ordem”. O próprio Masi (1999, p.13) define o progresso humano como “nada mais que um longo percurso do homem rumo à intencional libertação, primeiro da fadiga física e depois da faina intelectual”.

Outra comprovação do desprezo do trabalho pelo homem de acordo com Masi (1999, p.13), está em Platão, no parágrafo 2480 de Fedro, que classifica as profissões em nove categorias, dispostas em ordem decrescente de reconhecimento social, conforme segue: “o filósofo, o bom rei, o político, o esportista, o adivinho, o poeta, o agricultor e o artesão, o demagogo e o tirano”.

Esse desprezo pelo trabalho e pela fadiga fez desenvolver-se diversas ciências para a criação de máquinas e instrumentos capazes de aliviar o esforço físico e mental do homem, assim como criar novos conceitos de organização do trabalho que tornassem as tarefas mais ágeis e fáceis. Pode-se dizer que a tarefa foi eficaz

---

<sup>25</sup> BIBLIA. Português. Bíblia Sagrada. (Tradução de João Pereira de Almeida, São Paulo: 1993 Ed. Sociedade Bíblica do Brasil).

porque tornou o trabalho humano incomparavelmente mais leve e mais produtivo do que no passado.

Esse avanço impôs-lhe, contudo, um ônus extremamente elevado – o da diminuição de empregos com a extinção preocupante de postos de trabalho em todos os setores da vida econômica.

Assim, as conquistas da ciência, que são desejadas e festejadas como um avanço para a vida da humanidade no sentido de facilitar-lhe a vida, aumentar o lazer e melhorar a sua saúde, transformam-se curiosamente, numa das suas maiores preocupações – a de perder postos de trabalho e diminuir o emprego de mão-de-obra.

Este efeito, entretanto não foi prontamente percebido pelo homem. No início do século XIX os clássicos Adam Smith e Jean Baptiste Say afirmavam que: “no mesmo instante em que um produto é criado, ele cria um mercado para outros produtos na dimensão do seu próprio valor”, e ainda que, “a criação de um produto abre imediatamente uma passagem para outros produtos”.

Esse modo de concepção a economia fez V. Gournay criar sua célebre frase: “*laissez-faire, laissez passer*” (deixe estar, deixa passar), numa alusão de que o tempo e as leis naturais do mercado resolveriam naturalmente seus problemas e que o mundo se auto-regularia sem a intervenção da autoridade pública. Era só deixar o mercado fluir que os ajustes ocorreriam naturalmente. Rossetti (1997 p.304).

Dentro desta teoria (clássica), a mão-de-obra representa também um fator de produção e por isso está automaticamente inserida neste conceito, de forma que eventuais problemas de desemprego seriam circunstanciais e tudo se resolveria logo adiante automaticamente pelas forças da oferta e da procura regentes no mercado. (Rifkin, 1995, p.15-16).

É possível que esta teoria de auto-regulação do mercado continuasse funcionando se o homem não fosse dinâmico e se os fatores de produção, assim como a evolução demográfica, entre outros, não se alterasse constantemente.

Ocorre que, as taxa de natalidade se alteraram, a expectativa de vida do homem aumentou, as mulheres passaram a ingressar de forma maciça no mercado de trabalho, assim como o aumento dos níveis de consumo das pessoas, além das novas necessidades sociais e da evolução tecnológica que vem causando alterações profundas na produtividade de todos setores da ciência. Estes fatos alteram profundamente as forças que atuam no mercado, de forma que o comportamento dos fatores de ontem já não funcionam igualmente nos dias de hoje.

Hoje, temos a evolução da tecnologia, que somada aos fatores econômicos e sociais acima referidos, interferem profundamente na questão mão-de-obra, suprimindo empregos numa velocidade que assusta os governos e coloca em suspeita o conceito da economia clássica, segundo a qual as forças de mercado equilibram naturalmente os excessos e as faltas de oferta e procura de bens e serviços.

Segundo Rifkin (1995, p.13): “Estamos efetivamente entrando em um novo período da história – em que cada vez mais as máquinas tomarão o lugar dos seres humanos no processo de fabricação e no transporte de bens e fornecimentos de serviços”, ou seja, as máquinas vão fazer o trabalho do homem tornando sua vida mais fácil, mas em contrapartida, tomarão seus lugares nos postos de trabalho.

Embora modernamente a atividade laboriosa, tanto física como intelectual, tenha mudado de conceito perante a opinião pública e seja antes um fator de “dignidade e de promoção social” do que como atividade desprezível com que se caracterizava no passado, não se pode desconhecer que o homem ainda continua procurando uma alternativa para viver sem trabalhar, pelo menos como atividade permanente e dependente.

A procura de novos métodos de trabalho e o emprego cada vez mais intenso de tecnologia em todos os setores da economia são a prova mais eloqüente desta afirmação. A tecnologia e o avanço da ciência tem auxiliado o homem de forma inequívoca nas tarefas mais fatigantes, deixando-lhe mais intensamente as atividades intelectuais.

Contudo, o trabalho não é apenas a forma de produção de bens e serviços; mas é também, apesar de tudo, a fórmula mais eficiente de distribuição de renda e da riqueza, embora careça de aperfeiçoamento. Ainda assim, não se criou alternativa mais eficaz. A sobrevivência da humanidade continua dependendo do trabalho físico e intelectual, como método de distribuição de riqueza. Por outro lado, a tecnologia figura como causa principal de uma das suas maiores preocupações do homem moderno – o desemprego. A idéia dos clássicos da economia do início do séc. XIX como Jean Baptiste Say, Adam Smith e outros, não funciona mais. Quando afirmavam que desequilíbrios momentâneos de mercado seriam naturalmente superados pelas forças naturais do mercado no momento seguinte, não se apercebiam de que a criação de engenhos, de máquinas e o desenvolvimento da tecnologia para auxiliar o homem também seriam os responsáveis pela extinção de milhares de postos de trabalho todos os dias, a ponto de se transformar numa das maiores preocupações da sociedade.

A esse respeito também Keynes apud Rifkin (1995 p.25) escreve no seu clássico *The General Story of Employment, Interest and Money*: “estamos sendo acometidos de uma nova doença da qual ouviremos falar muito nos próximos anos – o desemprego tecnológico”.

MASI (1999, p.10-11) descreve assim essa evolução:

Na sociedade industrial, o alastramento do consumo e a relativa lentidão do progresso tecnológico permitiam ao mercado de trabalho absorver a nova mão-de-obra criada pela superposição e reabsorver a velha mão-de-obra que com a introdução de novas máquinas se tornara excessiva. Na sociedade pós-industrial, entretanto, os avanços tecnológicos caminham a tal velocidade que o equilíbrio entre oferta e procura de trabalho fica definitivamente rompido, criando um crescente acúmulo de mão-de-obra em relação às reais exigências da produção. No passado, o excedente de mão-de-obra na agricultura transferia-se para a indústria (...) A mão-de-obra excessiva da indústria encaminhava-se para os serviços (...) A mão-de-obra excedente nos serviços dirigia-se para a informação, que nos países desenvolvidos já emprega até 40% (ou mais) da população ativa. Hoje, a tecnologia e a organização fazem com que os setores de destino dos trabalhadores (...) assimilem uma alíquota de mão-de-obra muito menor do

que a massa liberada pelos setores de origem. Se a isso se soma o crescimento da população mundial e o recente acesso de mulheres ao mercado de trabalho (...) pode-se tranquilamente prever que logo haverá um aumento violento de desemprego, que de conjuntural passará a ser estrutural. E ainda: esse quadro que sempre prevaleceu entre os cidadãos do Terceiro Mundo predominará também entre os cidadãos do Primeiro Mundo. (MASI, 1999, p.10-11)

Rifkin (1995, p. XIX) também sobre esse assunto se pronuncia:

No passado, quando novas tecnologias substituíam trabalhadores em determinado setor, novos setores surgiam para absorver os trabalhadores demitidos. Hoje todos os três setores tradicionais da economia – agricultura, indústria e serviços – estão vivenciando deslocamento tecnológico, forçando milhões de trabalhadores para as filas do desemprego. O único setor emergente é o setor do conhecimento, formado por uma pequena elite de empreendedores, cientistas, técnicos, programadores de computador, profissionais, educadores e consultores. Enquanto esse setor está crescendo, não se espera que absorva mais do que uma fração das centenas de milhões que serão eliminados nas próximas décadas, no despertar dos avanços revolucionários das ciências da informação e das comunicações. (Rifkin, 1995, p. 19)

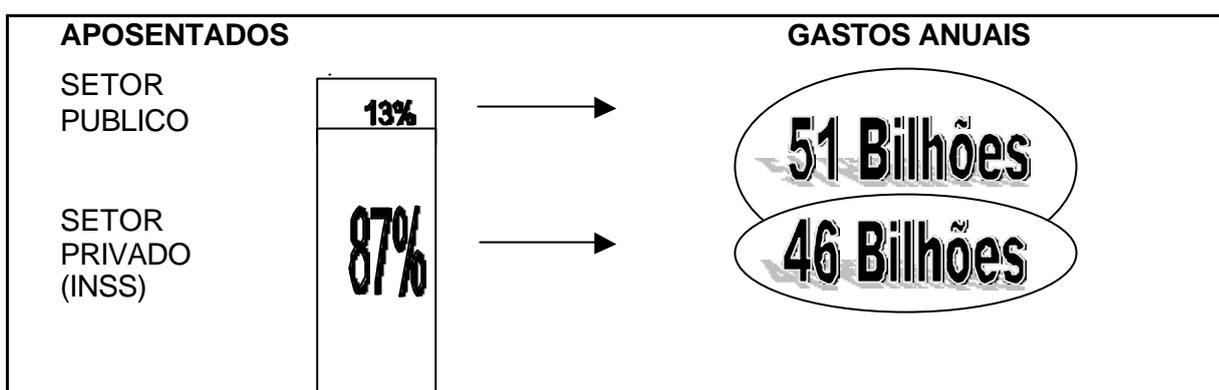
Assim, as idéias dos clássicos da economia já não conseguem mais justificar a realidade. O desemprego tecnológico hoje se interpõe como um grande desafio para a humanidade, com o qual terá de conviver, sabendo que a ciência continuará evoluindo, facilitando a vida do homem, cada vez mais eliminando seus postos de trabalho.

### **3.12 Benefícios Distorcidos – Setor Público X Privado**

Outro problema que merece atenção especial do governo, dos órgãos governamentais e das pessoas preocupadas com o déficit e o futuro da previdência social brasileira, é o da diferença entre os valores médios de aposentadoria pagos à funcionários públicos e a empregados da iniciativa privada. Embora esta situação

seja de conhecimento pleno do poder executivo e legislativo, as mudanças não são fáceis. Fortes organizações dos setores ameaçados exercem pressão em sentido contrário e contínuo sobre qualquer mudança que insinue diminuir os benefícios dos grupos beneficiados. O quadro a seguir dá bem a dimensão da eficácia dessas forças.

QUADRO 02 - *Apartheid Social*



Fonte: INSS e MF – Stephanes (1998, p.97).

Como apontam as fontes a seguir, há diferenças enormes entre os dois setores, tanto na contribuição quanto no benefício, denotando tratamentos diferenciados para as classes. Vejamos algumas dessas diferenças:

### 3.13 Tetos de Aposentadoria

O atual limite de aposentadoria dos trabalhadores da iniciativa privada (out/2001) é de R\$ 1.255,00. Enquanto isso a dos servidores públicos, a partir de dezembro de 2000, é de R\$ 12.700,00, o que representa uma quantia 10 (dez) vezes maior. Além disto estes últimos têm garantia de reajustes, aumentos e vantagens iguais aos da ativa<sup>26</sup>. Na prática, isto fez com que em 1997, os pouco mais de 2,7 milhões servidores públicos aposentados, equivalentes a 13% da população inativa, se

<sup>26</sup> Em outros países os servidores se aposentam, em média, com 70% dos salários da ativa, enquanto que aqui a média é de 110%, saltando, no judiciário, para 140% e casos especiais que chegam a 150%. STEPHANES, 1998, p.38, 96 – 98.

apossasse de mais de 52% do total dos recursos de aposentadoria no país, e os mais de 18 milhões de trabalhadores da iniciativa privada (87% dos inativos), ficassem apenas com os 48% restantes. (1998, p 96 – 97). Isso significa que enquanto a renda mensal dos trabalhadores privados Stephanes é de, aproximadamente, R\$ 215,00, a dos funcionários públicos é de R\$ 1.600,00, ou quase 8 vezes mais.

O quadro a seguir dá bem ilustração clara das diferenças entre os ganhos médios individuais dos aposentados brasileiros.

TABELA 12 – Comparação entre aposentados

SETOR	SALÁRIOS MÍNIMOS
INSS	1,91
Executivo	14,0
Legislativo	41,5
Judiciário	32,8

Fonte: Stephanes (1998, p.97).

### 3.14 Os Sistemas do Chile e da Argentina

Desde o primeiro modelo de previdência social proposto pelo Chanceler alemão Otto von Bismark em 1883, o mundo vem seguindo o mesmo sistema, o de “Repartição Simples”. Seria natural que surgisse também na Europa ou noutra país do primeiro mundo uma inovação no setor. Mas, foi curiosamente na América Latina, Chile, que apareceu a grande novidade neste campo, e que hoje é perseguida e estudada por diversos outros países da América Latina, como do leste Europeu, Lituânia, Bulgária, Romênia, Kasaquistão e, inclusive, por países do primeiro mundo, como Itália e Estados Unidos, e ainda pela Austrália e Nova Zelândia.

Países latino-americanos também já fizeram ou estão em processo de reformulação do seu sistema de previdência. Entre eles o Chile, o inovador, o Peru, a Colômbia, a Argentina, o Uruguai e o México. O Brasil há mais de dez anos tem projetos de reforma tramitando no Congresso, mas o máximo que tem conseguido são mini reformas que estancam despesas e evitam o agravamento da situação, porém não tocam efetivamente na estrutura e nos pontos vitais do sistema. Enquanto isso os déficits continuam aumentando, tendo o governo que intervir constantemente para cobrir as diferenças com impostos e recursos de outras rubricas.

Para efeito deste trabalho vamos nos ater às experiências do Chile e da Argentina, onde surgiram, respectivamente, as primeiras grandes inovações na área da previdência social – com a privatização total do sistema de previdência do país - e onde se combinou esse novo sistema com o antigo, em duas experiências que podem servir de base para outros países que pensam em modificar ou reformar a sua.

### 3.14.1 Chile – O Modelo Privado

O Chile, ainda sob o regime militar, criou em 1980 um plano de previdência social privado de “capitalização integral”, cujo modelo implantou em maio de 1981, em substituição ao antigo esquema de repartição simples, ainda copiado de Bismark. Foi a forma que encontraram para eliminar os “desequilíbrios atuariais comuns ao sistema de repartição simples” conforme os autores a seguir referenciados. A implantação foi radical, atingindo a todos os trabalhadores de todas as classes, extinguindo-se totalmente o sistema anterior. Arenas de Mesa e Bertranou informam que o plano que estão implantado no Chile:

Caracteriza-se por um esquema definido de contribuições, baseado num plano de poupança/aposentadorias compulsórias de caráter privado, no qual os trabalhadores participam com 10% do salário mensal durante todo o seu período de atividade, depositados em uma conta individual de onde sairão

os recursos para pagar as aposentadorias quando deixarem de trabalhar, por motivos de idade ou de incapacidade.<sup>27</sup>

Um destaque importante que merece ser realçado no novo sistema chileno é o dos custos previdenciários. Como está referenciado no parágrafo anterior, os trabalhadores participam com 10% dos seus salários, que são recolhidos para uma das AFPs (Administradoras de Fundos de Pensão), enquanto que as empresas não tem custo algum. Isto, logicamente, deve melhorar o nível dos salários e o incentivo para a contratação, pois poderão repassar diretamente aos trabalhadores os recursos que repassariam ao estado.

Nesse sistema os benefícios que serão pagos, dependem basicamente das seguintes condições principais:

- a) “dos fundos que o segurado tenha acumulado na referida conta ao final do período de contribuição, mais
- b) os rendimentos do investimento destes fundos no mercado financeiro e;
- c) a expectativa de vida do contribuinte.” (Arenas de Mesa; Bertranou, 12.10.01).

Porém, aí surge a dúvida, de como fica o sistema com relação aos direitos daqueles que já recolhiam para os cofres do antigo sistema, visto que o modelo foi implantado compulsoriamente para todos os trabalhadores (novos e antigos), extinguindo o sistema público anterior?

No caso do Chile, o Estado reconhece as contribuições anteriormente pagas, sob a forma de “bônus de reconhecimento” BR, que serão devidos ao segurado no momento da sua aposentadoria, de forma que não ficará prejudicado nos seus direitos. Ainda como defesa contra os males da inflação, os fundos são expressos

---

<sup>27</sup> ARENAS DE MESA, Alberto, BERTRANOU, Fabio, **As Reformas Previdenciarias**: os Exemplos do Chile e da Argentina, Pensilvania, EUA e Argentina, ARENAS DE MESA A.; BERTRANOU F. Aprendendo com as Reformas Previdenciárias. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/07\\_03\\_01\\_04.htm](http://www.mpas.gov.br/07_03_01_04.htm), 12.10.01. Acesso em: 20.10.01.

em Unidades de Fomento (UF) cuja unidade é indexada e corrigida mensalmente, evitando sua deterioração.

A administração desses “Fundos”, com já foi referido, é gerida por empresas privadas de administração de fundos de previdência (AFPs), aos quais cabe aplicar cuidadosamente os recursos a eles confiados, fazendo-os render para aumentar sua reservas e os valores futuros dos benefícios dos trabalhadores. Ao governo cabe a responsabilidade de fiscalizar e controlar o sistema através da Superintendência de Administração de Fundos de Previdência (SAFP) para evitar fraudes e as conseqüências maléficas ao sistema.

Embora esteja totalmente privatizado o novo sistema, o Governo Chileno garante um Benefício Mínimo (BM) aos segurados que tinham mais de 20 anos de contribuição. Esse gesto contribuiu muito para a credibilidade do novo modelo, fazendo com que “no período de 1981 a 1995, o acumulado dos fundos de previdência quadruplicasse, chegando a US\$ 25,1 bilhões, ou 40% do PIB”. Com um rendimento médio de 12,8% a.a. no período, os Fundos de Pensão passaram a “ser fator fundamental para a economia chilena, com forte impacto econômico sobre a evolução do mercado financeiro e do mercado de capitais.” (Arenas de Mesa ; Bertranou, 12.10.01).

### 3.14.2 Argentina – O Modelo Integrado

Premido pelas dificuldades de financiamento das despesas e dos déficits constantes nas contas da previdência, o Congresso aprovou, em setembro de 1993, e implantou, em julho de 1994, um novo sistema de previdência no país, o “*SIJP - Sistema Integrado de Jubilaciones y Pensiones*”, com a seguinte principal estrutura:

- a) um benefício universal básico (BUB) de valores definidos, financiados pelo sistema de repartição simples e concedido a todo trabalhador com 30 anos ou mais de contribuição, independentemente da categoria e do valor dos salários que tenha auferido ao longo da sua vida profissional;

b) um benefício complementar de duas modalidades: b.1) um esquema de benefícios definidos para aqueles que optaram por um programa inteiramente administrado pelo governo e financiado pelo sistema de repartição simples e b.2) um esquema de contribuição definida baseado em contas individuais de capitalização (Sistema de Capitalização Integral), ou seja, um sistema misto de poupança voluntária.

Os benefícios do sistema de repartição são administrados pelo governo, enquanto que os de previdência privada, por empresas especificamente criadas para gerir esses fundos, mas supervisionadas pela superintendência da *AFJPs* (Administradoras de *Fondos de Jubilaciones y Pensiones*).

Assim, quanto às diferenças entre os dois modelos, destacam-se as seguintes:

1. no modelo chileno o ingresso no sistema privado de previdência é obrigatório;
2. na Argentina o trabalhador pode escolher a qual sistema quer pertencer, se ao “modelo público reformulado” - com pensões do tipo definido, ou ao “modelo misto” - com direito ao um benefício definido (BUB), mais um benefício complementar de contribuição definida (BIC).

Neste caso o Benefício Universal Básico (BUB) é determinado de acordo com a média das contribuições obrigatórias à previdência social, feitas pelos empregadores, mais parcela incidente sobre a arrecadação geral de impostos, dividido pelo número de aposentados. (Arenas de Mesa e Bertranou, Disponível em: [www.mpas.gov.br/07\\_03\\_01\\_04.htm](http://www.mpas.gov.br/07_03_01_04.htm)). Acesso: 12.10.01).

3. ambos os países adotaram as idades de 65 anos para homens e 60 para as mulheres, para efeitos de aposentadoria.
4. o Chile reduziu a contribuição dos trabalhadores de 19,5% para 10% sobre os salários e extinguiu totalmente a contribuição dos empregadores.

5. na Argentina não houve alteração das alíquotas de contribuição dos empregados, que continua sendo de 11%, mas reduziu, em algumas regiões, a dos empregadores que era de 16%, de forma que a média se situa por volta dos 12 a 14% no geral.
6. quanto à administração dos fundos, na Argentina podem ser feitas por organizações privadas, por empresas públicas, como por entidades sem fins lucrativos, como sindicatos, associações, etc. No Chile a participação estatal está simplesmente proibida.

As semelhanças e diferenças dos dois modelos são enriquecedoras porque ilustram experiências que podem ajudar outros países na escolha do modelo próprio a ser adotado na reforma ou na implantação de um novo sistema de previdência. (Arenas de Mesa ; Bertranou, 12.10.01).

## **CAPITULO IV**

### **4 PESQUISA DE CAMPO**

Visando colher respostas para os objetivos do presente trabalho, passou-se a elaborar um questionário específico para ser aplicado a uma amostra da comunidade de empresários de Cascavel. Com ele pretende-se ter uma imagem do perfil e das possíveis características do comprador de planos de previdência privada.

A pesquisa é de cunho qualitativo na medida em que detecta a característica e o comportamento dos empresários compradores de planos de previdência.

As etapas executadas para obtenção das respectivas respostas, assim como da análise e interpretação dos dados levantados passam a ser relatadas nas páginas seguintes.

#### **4.1 Universo em Estudo**

O universo escolhido para aplicação do questionário foi o dos empresários filiados à CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, neste caso composta de 227 empresas (conforme relação fornecida pela organização no dia 19.11.01), e da qual fazem parte empresas do comércio e de serviços em sua grande maioria, assim como de algumas indústrias. Fazem ainda parte desta agremiação também algumas entidades bancárias, assim como associações de empresas e uma cooperativa médica.

Como o objetivo deste trabalho é o de estudar o comportamento e o conceito específico dos empresários da cidade de Cascavel a respeito de Previdência Privada, a relação original das empresas filiadas à CDL teve que sofrer o expurgo

das empresas que não pertencem a empresários da cidade. Dessa forma foram excluídas as:

- a) empresas externas, assim entendidas aquelas instituições cujos proprietários não são da cidade de Cascavel, e que aqui apenas mantêm uma de suas filiais, como bancos e lojas de rede;
- b) entidades representativas de empresas ou de profissionais que não possuem um proprietário e/ou não tem fins lucrativos, tais como, cooperativas e associações de empregados e profissionais ligados às empresas.

Dessa forma foram extraídas da lista original 25 (vinte e cinco) entidades empresariais, restando para serem estudadas 202 empresas que passaram a compor efetivamente o universo deste estudo.

## **4.2 A Amostra**

Deste universo de 202 empresas filiadas à Câmara de Dirigentes Lojistas de Cascavel, foi extraída uma amostra representativa de 25% dos empresários das empresas, ou seja, 50 pessoas.

O trabalho compreendido desde o contato por telefone, a entrega dos questionários e respectivo o esclarecimento de preenchimento, até o recolhimento final consumiu aproximadamente duas semanas, visto que nem todos os empresários estavam na cidade; alguns estavam de saída para viagem e outros ainda alegaram estar muito atarefados de forma que não puderam responder.

Partindo do pressuposto de que a escolha teria que ser aleatória e considerando-se que a listagem das empresas filiadas estava fornecida em ordem alfabética, adotou-se o seguinte critério de escolha das empresas e respectivos empresários:

1. multiplicou-se 202 empresas por 25%, obtendo o produto de 50,5 e;
2. dividindo-se 202 por 50,00 o resultado foi 4, o que significou que se deveria escolher cada quarta empresa em ordem seqüencial, para compor a amostra de 50 empresários;

Assim procedendo iniciou-se a contagem pela empresa número um marcando-se a 4ª empresa da listagem (a primeira escolhida), em seguida a 8ª, depois a 12ª e assim por diante, até completar as 50 empresas eleitas para contato.

Considerando, porém, a possibilidade de rejeição, indisponibilidade ou impossibilidade de atendimento por parte de algum dos empresários, tomou-se a precaução de acrescentar mais 5 empresas, representando mais 10% da amostra, para também serem contatadas. Para escolha destas empresas excedentes procedeu-se, de forma semelhante à anterior, marcando agora, cada 40ª (quadragésima) empresa da relação já expurgada, e começando pela empresa nº 3 para não coincidir com nenhuma das já escolhidas anteriormente. Dessa forma foram acrescentadas mais 5 empresas, perfazendo no final um total de 55 entidades ligadas a CDL de Cascavel, como proposto.

De forma geral quando algum empresário não se dispunha a responder por estar viajando ou mesmo por não estar disposto a colaborar, escolheu-se ainda a empresa imediatamente seguinte na listagem, o que ajudou a compor a amostra mantendo a aleatoriedade necessária.

### **4.3 O Contato**

Estabelecido o mecanismo de seleção, o passo seguinte foi contatar por telefone com cada um dos empresários selecionados, informando-o dos objetivos do trabalho e pedindo a possibilidade da sua colaboração no preenchimento do questionário. A

aceitação geral foi positiva, sendo poucos os casos que imediatamente se negaram a responder, justificando sua posição.

Feito isso os questionários foram levados pessoalmente para cada um dos empresários, juntamente com a orientação sobre a imparcialidade e fidelidade, assim como os demais cuidados que deveria tomar com o preenchimento. A maioria levou o questionário para ser respondido em outro momento e para ser devolvido nos dias seguintes.

Essas ações de contato, distribuição, orientação e recolhimento das respostas, ocorreram a partir do dia 23 de novembro e finalizaram no dia 10 de dezembro, tomando mais de duas semanas de trabalho, ao final das quais foram recolhidos 46 (quarenta e seis) questionários respondidos, o que representou cerca de 80% dos questionários distribuídos e a 92% do volume pretendido.

Assim, o estudo sobre o comportamento dos empresários filiados à CDL, a respeito de previdência privada, foi efetivamente feito com estes 46 (quarenta e seis) questionários, que compõem a amostra.

#### **4.4 Elaboração do Questionário**

Objetivando a máxima clareza nas perguntas para que também as respostas não ficassem dúbias ou com dupla interpretação, o questionário foi elaborado em quatro etapas principais, como segue:

1. A primeira fase da proposta do questionário foi dividida em duas partes:

I - perguntas de identificação na qual o empresário informa: sua escolaridade, sua idade, seu tempo como empresário na área e a renda familiar, e

II - perguntas de opinião especificamente sobre a questão previdência.

2. A segunda constituiu-se do teste desse questionário, através da aplicação a 5 pessoas, técnicos e empresários aleatoriamente escolhidos e desconhecidos entre si, para uma primeira avaliação de eventuais equívocos na formulação e de dificuldades de interpretação. Esta etapa, permitiu alterar e aprimorar algumas perguntas, assim como eliminar outra que não tinha importância para o objetivo do trabalho. Uma das mudanças de conceito muito importante decorrentes do teste foi a da questão da renda, que mudou de conceito de renda do empresário para renda da família, por entender que o excedente aplicável não é obtido apenas individualmente, mas pela somatória das rendas do marido e da esposa.
3. A terceira etapa tratou da reelaboração do questionário com base nas sugestões colhidas no teste, ficando no final composta por itens de identificação e por perguntas de informação e opinião.
4. A quarta etapa foi consumida com contatos telefônicos esclarecendo os empresários que se tratava da distribuição do questionário e, no final, com o recolhimento das respostas.

Um cuidado que se teve ao elaborar as questões foi p de adicionar respostas objetivas para facilitar o trabalho do entrevistado, porém sempre com a opção de resposta dissertativa e diferente caso divergisse das opções oferecidas.

Após a aplicação do questionário teste, a versão final ficou conforme segue no anexo:

#### **4.5 Dados sobre Identificação**

Como já foi exposto, a primeira parte do questionário apresenta a identificação dos entrevistados que já possuem planos de previdência. Para os respectivos efeitos de identificação e correlação das respostas, os questionários foram numerados de 1

a 46. Assim o número de “ficha” constante na tabela, representa o número dos empresários que já possuem planos de previdência. Este mecanismo facilitou a análise que segue após a exposição da tabela. Os demais dados da primeira parte, expostos na tabela nº 13, a seguir:

- a) Nível de Escolaridade – correspondente à graduação de cada um dos empresários pesquisados;
- b) Idade do entrevistado/pesquisado;
- c) “Renda Familiar” – corresponde à somatória da renda mensal da sua família.

TABELA 13 – Estratificação dos empresários possuidores de planos.

FICHA Nº	NÍVEL ESCOLARIDADE	IDADE (anos)	RENDA FAMILIAR
07	3º + Pós	38	-5 mil
09	3º	48	+5 mil
10	3º + Pós	26	-5 mil
19	3º	40	+5 mil
21	2º	47	+5 mil
22	2º	35	-4 mil
25	2º	56	+5 mil
34	3º	30	-2 mil
35	3º + Pós	38	-5 mil
39	3º	30	-2 mil

Legenda: (-) = menos de X; (+) = mais de X

## 4.6 Interpretação e Análise dos Dados (I parte)

### 4.6.1 Empresários com Planos de Previdência Privada

Ao todo são 10 (dez) empresários, 21,2% da amostra, que possuem planos de previdências. Trata-se de um número pequeno, ainda mais quando se trata de parte

da elite da população, com mensal de R\$ 5 mil. Nos parágrafos seguintes serão feitas as correlações deste resultado com as demais informações colhidas na pesquisa.

#### 4.6.2 Grau de escolaridade

TABELA 14 – Escolaridade dos Empresários da Amostra.

<b>NIVEL DE ESCOLARIDADE</b>	<b>Nº DE COMPONENTES</b>	<b>%</b>
1º Grau	03	7
2º Grau	19	41
3º Grau (Pós Inclusive)	24*	52
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

(\* Includos 6 pós-graduados)

Por esta tabela constata-se que 52% dos empresários possui curso superior, e que 1/4 destes (25%) tem algum curso em nível de pós-graduação.

#### 4.6.2 Idade Média

Entre o mínimo de 26 e o máximo de 56 anos, a média de idade dos empresários é de 38,8 anos. Mostra que o assunto desperta o interesse desde os mais jovens até os mais idosos. No caso em análise o empresário de 26 anos adquiriu seu plano há mais de três anos, o que significa que possuía no máximo 23 anos quando o comprou. Já o mais idoso, com 56, o adquiriu há mais de 4 anos, quando então tinha 52. De qualquer forma um intervalo elástico para ser trabalhado pelas empresas de previdência.

### 4.6.3 Renda Familiar

TABELA 15 – Nível de Renda Familiar

<b>NIVEIS DE RENDA</b>	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
< R\$ 2 mil	11	24
< R\$ 3 mil	08	17
< R\$ 4 mil	06	13
< R\$ 5 mil	09	20
> R\$ 5 mil	12	26
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Como já foi dito, este conceito de renda familiar é fruto da visão enunciada pelos empresários e técnicos participantes do teste. Ou seja a renda declarada é resultante da somatória dos rendimentos da família, especialmente do marido e da esposa e não apenas do(a) empresário(a) em si.

Projetando-se os valores da tabela anterior e, embora se possa atribuir certo grau de suspeita às respostas fornecidas espontaneamente, a renda média geral desta amostra é de aproximadamente R\$ 4,0 mil<sup>28</sup>, enquanto que o rendimento médio dos empresários possuidores de planos é de R\$ 4,8 mil, ou seja, 20% acima da média geral dos pesquisados.

### 4.6.4 Nível de Renda e Quantidade de Planos

Outro aspecto a ser especulado a partir do questionário é o do nível de renda e o respectivo número de planos. Veja-se a tabela abaixo:

<sup>28</sup> Para calcular a renda média deste grupo foi adotado o seguinte procedimento:  $\{(R\$ 3.000 - R\$ 500) \times 2 + (R\$ 4.000 - R\$ 500) \times 1 + (R\$ 5.000 - R\$ 500) \times 3 + (R\$ 5.000 + R\$ 2.000) \times 4\} / 10$ . Embora seja um cálculo empírico, representa uma estimativa aproximada da realidade com que foi trabalhado.

TABELA 16 – Relação de Compradores de Previdência e Renda Mensal

<b>RENDA MENSAL FAMILIAR</b>	<b>Nº DE PLANOS ADQUIRIDOS</b>	<b>% POR NÍVEL DE RENDA</b>
< R\$ 3 mil	2	20
<R\$ 4 mil	1	10
< R\$ 5 mil	3	30
> R\$ 5 mil	4	40
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Por aí se constata um novo aspecto na construção do perfil do comprador de planos de previdência. Como já foi repetido neste estudo, não há poupança sem excedente financeiro, nem investimento sem a antecedência de poupança. Logo, o resultado da pesquisa, revelando que 70% dos planos pertencem a empresários com renda mensal familiar superiores a R\$ 4.000,00 reais, é absolutamente coerente, porque a aquisição de um plano representa o comprometimento de um excedente mensal por longo prazo. Dessa forma é compreensível que a maioria dos planos tenha sido adquirida por empresários com renda mais elevada, com mais folga em suas despesas regulares e que apenas 30% tenha ficado com os de renda mais baixa.

Considerando que a previdência hoje possibilita a contratação de planos a, praticamente qualquer valor, seria importante levantar-se o nível de renda e o respectivo excedente financeiro médio para, a partir daí, traçar programas e planos especiais mais adequados à cada situação, intensificando a divulgação disto através da mídia para facilitar o contato com o comprador potencial.

#### **4.7 Análise da Pesquisa - (II Parte)**

A seguir este estudo passa a analisar as respostas da segunda parte do questionário, onde os empresários informam e emitem suas opiniões sobre a sua situação.

## 1ª Pergunta - Possui plano de previdência privada?

TABELA 17 – Empresários que possuem planos

<b>SEU PLANO DE PREVIDÊNCIA</b>	<b>Nº EMPRESÁRIOS</b>	<b>%</b>
Sim	10	22
Não	36	78
<b>Total</b>	<b>46</b>	<b>100</b>

Este quadro permite constatar uma questão importante e preocupante: apenas pouco mais de 1/5 (22%) dos empresários da CDL de Cascavel possui plano de previdência. Quase 80%, ou não pode ou não foi sensibilizado para esse mecanismo proteção à velhice. Um índice muito baixo, que se torna ainda mais significativo quando se sabe que a população estudada não representa a média brasileira, mas sim, uma elite desta, cuja renda mensal de R\$ 4 mil ou mais é muito superior à média brasileira. Esta informação nos faz supor que entre a classe de empregados e de operários o índice seja ainda significativamente menor.

## 2ª Pergunta – Em que instituição adquiriu seu Plano?

Legalmente qualquer seguro ou plano de previdência só pode ser comercializado através de uma Corretora de Seguros. Ocorre entretanto, que as administradoras de previdência, que pertencem às instituições bancárias, têm-se aproveitado da força de venda dos bancos, criando e instalando equipes especiais dentro das próprias agências, assediando seus clientes. Por vezes esse trabalho é feito por corretores terceirizados ou diretamente pelos gerentes e funcionários do banco, como “prepostos” de uma Corretora que, normalmente, também pertence ao banco ou ao grupo de acionistas deste. Assim, a instituição bancária, que figura como “instituição vendedora” na tabela a seguir, representa apenas um ponto de vendas e não o agente legal. O cliente, que normalmente desconhece essa questão, pensa que está comprando diretamente do banco. Nos formulários, constará o nome da corretora que legaliza a operação. Assim, a opção “banco” constante no questionário, quer se referir a essa operação camuflada de bancária usada para facilitar as vendas.

TABELA 18 – Instituição onde Adquiriu o Plano

<b>INSTITUIÇÃO VENDEDORA</b>	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
Banco	08	80
Corretor	02	20
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

A Tabela nos revela novas informações importantes. Pelo resultado observa-se uma liderança acentuada de vendas efetuadas através dos bancos, com a preferência de 80%, ou seja, quatro vezes mais do que os que adquiriram sua previdência junto às Corretoras de Seguro.

O resultado nos leva a conjecturar sobre as seguintes possibilidades:

I - que a ação dos corretores é pouco agressiva e que os Bancos representam um balcão de vendas muito mais eficaz, porque repassam uma imagem de maior segurança e por fazer crer que a compra junto à uma entidade bancária é mais sólida e mais garantida;

II - que os bancos têm um poder de pressão sobre os correntistas que os corretores normalmente não possuem, e que acabam se aproveitando dessa situação para forçar as vendas.

Em qualquer dos casos, temos aqui um desafio importante para as empresas de previdência não pertencentes às instituições bancárias: da necessidade de estabelecer estratégias mais motivadoras e de intensificar sua atuação junto ao quadro de corretoras e corretores de seguro, já que não possuem instituições bancárias como as concorrentes.

A vasta rede de Corretores de Seguro existente no país já vem sendo utilizada por algumas Seguradoras, porém, pelo nível das vendas deduz-se que faltam estímulos mais atraentes para conquistar a dedicação mais intensa dessa classe. Do contrário as entidades ligadas a bancos continuarão liderando e consumindo os “espaços” deste setor do mercado.

3ª Pergunta – Quais foram os fatores mais importantes na decisão de compra?

TABELA 19 – Foram estas as Respostas Colhidas:

<b>ALTERNATIVAS</b>	<b>Nº MPRESÁRIOS</b>	<b>%</b>
Competência do Corretor	-	-
Reciprocidade Bancária	05	50
Preocupação com Aposentadoria	05	50
Recomendação Familiar	-	-
Propaganda	-	-
Empresa Estrangeira	-	-
Incentivos Fiscais	-	-
Falta de outra opção	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Esta tabela fornece-nos um resultado curioso e sintomático, pois apesar de oito alternativas, apenas duas mereceram escolha - reciprocidade bancária e preocupação com a aposentadoria.

Esta unanimidade parece transmitir os motivos que levaram esses empresários a adquirir um plano de previdência, quais sejam:

- Metade (50%) deles comprou conscientemente e procurou um banco pensando efetivamente na aposentadoria;
- a outra metade o fez não voluntariamente, mas, possivelmente, por pressão do banco como reciprocidade de outro benefício.

Contudo, é interessante também fazer uma ilação destas respostas e analisá-las com as questões 5ª e 7ª a seguir.

4ª Pergunta: Quanto à periodicidade de pagamento a intenção é depositar: ( ) mensalmente, ( ) eventualmente, ( ) só para aplicar um excedente.

Noventa por cento (90%) dos entrevistados disseram que estão ou pensavam depositar mensalmente o que demonstra a intenção aparente de apostar no plano apesar de eventuais desconfianças a respeito. Essa intenção também está reforçada nas respostas da pergunta 7ª a seguir.

5ª pergunta: O valor depositado corresponde ao valor que desejava depositar?

Sessenta por cento (60%) dos empresários respondeu tê-lo feito de forma experimental, transparecendo que ainda têm muita dúvida a respeito da perenidade da instituição. Logo, isto legitima a dedução sobre o temor que alimentam a respeito desse tipo de empresa, ainda não consolidada definitivamente no Brasil.

6ª Pergunta: Há quanto tempo possui seu plano? (Desconsiderada por impertinência aos objetivos do trabalho).

7ª pergunta: “Com relação ao fundo de reserva, o que você pretende?”

Noventa por cento (90%) dos empresários responderam que pretendem continuar depositando, inclusive fazendo aportes extras para aumentar o benefício final.

De certa forma esta resposta contradiz o temor que acima enaltecem. Contudo, como as respostas não são aleatórias, pode-se entender que esta era intenção original dos que assim responderam, mas com possibilidade de mudança caso tivessem dúvida sobre a solidez do seu fundo.

Destas posições, aparentemente contraditórias, entende-se que os investidores aceitam a idéia do plano de previdência e vão continuar depositando, porém com reservas, pois ainda não está consolidada a segurança das instituições como entidades de longa vida, porque sabem que somente depois de 20, 30 ou 40 anos começarão a usufruir os depósitos, e que todo cuidado é necessário.

Por outro lado, desconhecem a cláusula da “portabilidade” junto aos fundos de previdência, que permite a transferência da reserva pessoal de um plano para outro sempre que conveniente, sem perda de rendimento e sem incidência de tributos. Desta forma as intenções dos aportes seriam feitos mais pela esperança do que pela certeza de retorno futuro.

É nesse caso que as instituições bancárias, que possuem agências e patrimônio palpável espalhadas pelo país todo, incutem mais confiança no investidor e auxiliam as vendas.

Essa precaução é plenamente justificável. Não temos história nem tradição em investimentos de longo prazo no Brasil (requisito básico das empresas de previdência), e o horizonte de sobrevivência de uma empresa desse setor tem de ser praticamente eterno, pois quem compra um plano de previdência hoje, só vai começar a usufruí-lo 20, 30 ou até 50 anos depois. Assim, é absolutamente legítimo um sentimento de reserva a esse respeito.

TABELA 20 - Periodicidade de contribuição planejada

<b>PERIODICIDADE CONTRIBUIÇÃO PLANEJADA</b>	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
Mensal	09	90
Eventual	01	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Apesar de 50% dos investidores terem declarado que fizeram seus planos em função de “pressão” bancária, demonstram neste quadro a intenção efetiva de continuar contribuindo e que, aparentemente, absorveram a idéia da “previdência” como instrumento de ajuda. Parece deixar a idéia de que, aparentemente, “os fins justificam os meios”, ou seja, que a venda foi forçada, mas como o benefício é válido e compensador, acabaram gostando e vão continuar contribuindo.

TABELA 21 – A quantia depositada corresponde:

<b>QUANTIDADE</b>	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
A desejada	01	10
A possível	03	30
Experimental	06	60
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Se por um lado os investidores aqui demonstram consciência de que o valor depositado não é o que desejariam, por outro lado demonstram novamente, a desconfiança para com a instituição “previdência” e depositam apenas um valor

experimental, ou seja, valores moderados para evitar eventuais frustrações maiores no futuro.

Acontece que fazer experiências com previdência não faz muito sentido, porque não há como aguardar 20, 30 ou mais anos, por exemplo, para ver se deu certo e daí mudar de idéia. Nesse sentido, a resposta dos entrevistados pode também ter sido um subterfúgio para não se aprofundar e não revelar uma decisão não suficientemente pensada.

Em terceiro, com relação a 6ª Pergunta – “Há quanto tempo possui o plano?”, neste item percebe-se a jovialidade da instituição, visto que apenas um dos empresários possui plano de previdência há 8 (oito) anos. Os demais não passam de 4 (quatro) anos apenas. Assim, não há histórico para se afirmar que a instituição é plenamente confiável.

TABELA 22 - Intenção com Relação ao Plano Adquirido

	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
Continuar depositando	05	50
Fazer mais aportes	04	40
Resgatar quando necessário	01	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Continuar depositando para aumento da sua reserva, corresponde à intenção de 90% (noventa por cento) dos entrevistados. Apenas um dos investidores declarou que pretende resgatar seu fundo assim que possível. Significa que a grande maioria entendeu o “espírito” da previdência e pretende continuar contribuindo para sua aposentadoria. Esta afirmativa reforça-se porque 50% (cinquenta por cento) dos que possuem planos de previdência não fizeram voluntariamente, mas por pressão e ou conveniência bancária. Quer dizer, fizeram os planos “obrigados”, mas aprovaram a idéia e agora vão continuar apostando nos propósitos da instituição.

8ª Pergunta - Você recomendaria a alguém fazer um plano de previdência?

TABELA 23 –Você recomendaria a alguém fazer um plano de previdência?

	<b>Nº EMPRESARIOS</b>	<b>%</b>
Sim	09	90
Não	-	-
Não está seguro	01	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>100</b>

Nas respostas desta questão, mais uma lição importante. A absoluta maioria realmente confirma a resposta da pergunta anterior. Manteve-se a coerência, fazendo supor que a Previdência Privada começa a ser entendida pela população como um instrumento válido e possivelmente valioso para sua aposentadoria, mas ainda sob muitas reservas a respeito da sua “eternidade” e perenidade como empresa/instituição confiável.

#### 4.8 Caso não Possua Plano de Previdência

A partir deste ponto passa-se a analisar as respostas daqueles que ainda não possuem plano de previdência privada.

9ª Pergunta – Porque não adquiriu (um plano de previdência)?

TABELA 24 – Motivos de não aquisição de plano de previdência

	<b>Nº DE RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Falta de excedente	12	16
Não confia no governo	10	14
É novo ainda	09	12
Já paga INSS	07	10
Faltou Esclarecimento	07	10
Ninguém ofereceu	06	8
Não confia nas seguradoras	06	8
Não convenceram	04	5
Amigo desincentivou	02	3
Má experiência familiar	01	1
Quer administrar própria aposentadoria	01	1
<b>Total</b>	<b>74<sup>29</sup></b>	<b>100</b>

<sup>29</sup> Dos 46 empresários analisados nesta questão, alguns deram mais que uma resposta.

Neste caso não foram limitadas as alternativas de resposta, mas permitidas tantas quantas considerasse importante para sua situação, motivo para as 74 e não apenas 46 respostas como pode ser observado. Uma série de motivos foi dada para justificar a não adesão a um plano de previdência privada, como segue na análise.

9ª . a) Excedente financeiro = 16%

A mais assinalada com 16% das respostas foi a falta de excedente financeiro. É sabido que para poupar é preciso ter antes um excedente no orçamento pessoal ou familiar. Por isso, é importante observar que apenas 20% dos que compraram previdência possuem renda abaixo de R\$ três mil por mês, sendo que 80% deles faturam mais de R\$ quatro mil por mês. Logo, há uma nítida e natural relação entre o nível de renda familiar e a propensão à compra de planos de previdência.

9ª . b) Confiança no governo = 14%

A segunda opção mais apontada, foi a da “falta de confiança no governo”, o que pode parecer, em princípio, uma resposta não muito consistente pois a previdência privada é gerida por empresas particulares e não por empresas do governo. Contudo, temos de lembrar aqui o aspecto “confiança”, referido anteriormente. Ninguém, de sã consciência, fará um investimento para a vida toda se não tiver confiança nas instituições que, direta ou indiretamente, interferem na segurança e na viabilidade do seu investimento.

Nesse sentido podemos dizer que:

- 1 a política econômica e a imagem do governo não representam ainda um histórico confiável;
- 2 o período de estabilidade monetária, por exemplo, não tem 10 anos, enquanto que o de inflação teve mais de 50;
- 3 nosso mercado de ações ainda é pequeno, pouco confiável e restrito a alguns poucos e grandes investidores. O pequeno investidor, a grande maioria do

povo brasileiro, não tem condições de correr os riscos que esse mercado impõe.

- 4 nosso sistema financeiro apesar de moderno e ter a garantia de fiscalização permanente do Banco Central, têm permitido falências, intervenções do Banco Central mal explicadas e mal resolvidas, com prejuízos para seus clientes e investidores, de forma que o temor demonstrado pelos entrevistados é absolutamente justificável.

9ª . c) Outras prioridades = 12%

Para o Brasil, como país emergente recém saído de um longo período de instabilidade financeira e ainda com enormes desafios econômicos e sociais a resolver, é sempre louvável que seus cidadãos tenham projetos próprios e planos para constituir novos projetos que gerem riquezas e produzam mais postos de trabalho, porque é delas que depende o crescimento econômico do país.

Embora não se possa definir exatamente que sejam essas as prioridades que estão absorvendo os recursos dos entrevistados, o fato é que, dentro dos atuais conhecimentos de previdência, dos níveis de excedentes financeiros que a família consegue gerar, da falta de confiança nas ações e instituições governamentais e da forte preocupação em viabilizar o presente, as famílias parecem estar postergando os cuidados com sua vida futura, tentando garantir, por conta própria, a segurança que o poder público não consegue dar.

9ª . d) Sou novo ainda = 12%

Esta resposta demonstra uma forte indicação de desconhecimento e falta de consciência a respeito do assunto por parte dos entrevistados. O fato de se considerarem novos ainda denota bem a idéia de que cuidar da aposentadoria é assunto para depois, mais tarde. Não percebem que quanto antes iniciarem o recolhimento das parcelas menor será a mensalidade e maior o benefício final. Querer começar após os 40 ou 50 anos se torna muito mais oneroso ou até

impossível para quem não possui um excedente mais elástico. A média etária do grupo estudado é de 42,91 anos.

9ª . e) Já paga o INSS = 10%

Esta questão, com 10% da preferência, enquadra-se na interpretação da análise anterior. Também denota desconhecimento ou desleixo, porque o máximo que o INSS paga de aposentadoria são 10 (dez) salários de R\$ 120,00, de forma que jamais vai alcançar o nível de renda que obtinha quando trabalhava. Esta atitude demonstra a mesma despreocupação daqueles que responderam que são novos ainda.

9ª . f) Demais respostas:

- (Ninguém ofereceu = 8%), representa um mercado potencial que não foi convenientemente explorado pelas companhias de previdência;
- (Não convenceram = 8%), também falta uma atitude mais técnica e convincente para convencê-los a comprar;
- (Não confiam nas seguradoras - 8% + Má experiência familiar - 1% + Amigo que desincentivou - 3% = 12%) são três questões que podem ser somadas porque refletem, basicamente, a mesma base de influência: a performance obscura das empresas de montepio das décadas de 60 e 70, que ofereciam planos com promessa de aposentadoria. Milhares de investidores lhes confiaram economias mas, acabaram perdendo quase tudo porque praticamente todas faliram ou desapareceram, em operações suspeitas e mal explicadas, cuja repercussão, ainda hoje é lembrada refletindo dúvida sobre as empresas de previdência atuais.

10ª Pergunta – Se você tem ou tivesse recursos suficientes, no que investiria pensando na sua aposentadoria?

Também esta questão não limitou o número de respostas. Cada entrevistado pôde assinalar mais que uma opção segundo as que mais correspondessem à sua realidade.

TABELA 25 - Preferência de aplicação dos recursos.

	<b>Nº DE RESPOSTAS</b>	<b>%</b>
Atual atividade	30	26
Imóveis de aluguel	28	25
Outra atividade (menos trabalhosa)	18	16
Previdência privada	15	13
Mistos de ações/moedas/outros	07	6
Curso de aperfeiçoamento	05	4
Agropecuária	04	4
Caderneta de poupança	04	3
Ações	02	2
Lazer	01	1
<b>Total</b>	<b>114<sup>30</sup></b>	<b>100</b>

Esta pergunta procurou levantar qual o principal do destino das poupanças e dos excedentes financeiros da população estudada.

Percebe-se pelo resultado uma forte tendência a investirem no próprio negócio – com 26% das preferências. Em segundo lugar, com 25%, ficou a vontade de adquirir imóveis para viver do aluguel. Em terceiro, com 16%, a intenção de abrir um negócio menos trabalhoso que o atual e apenas em quarto, a aquisição de um plano de previdência. Somando as três e mais a opção pela agropecuária, que não deixa de ser outra atividade, teremos que 71% das atuais economias são ou seriam carregadas para atividades próprias e apenas 13% para a previdência.

Constata-se nitidamente que a instituição “previdência” ainda representa uma opção pouco procurada pelos brasileiros, como instrumento de preservação da sobrevivência na velhice ou de eventual impossibilidade laborativa. Continua com enorme preferência a constituição de patrimônio próprio onde o previdente mantém o controle sobre seus bens. A previdência é lembrada apenas como 4ª opção, uma colocação extremamente baixa.

<sup>30</sup> A somatória seria 138 caso todos os entrevistados tivessem assinalado 3 (três) opções. Ocorre que muitos deram apenas uma ou duas respostas, razão da diferença.

Percebe-se aí, claramente, o reflexo da cultura brasileira que ainda não incorporou essa opção como mecanismo de proteção viável, ou então dele se afastou pelas experiências mal sucedidas no passado. Por essa razão é da maior importância todo o cuidado na condução da política da previdência para não dar margem a experiências mal sucedidas e destruir os avanços conquistados.

## **CAPÍTULO V**

### **5 CONCLUSÃO**

Considerando a pesquisa bibliográfica realizada para a fundamentação teórica, a pesquisa a órgãos, a autores e aos textos disponíveis na Internet, além da pesquisa de opinião colhida através do questionário aplicado aos empresários filiados à CDL de Cascavel, este trabalho permite apresentar as seguintes conclusões:

#### **5.1 Conclusões da Dissertação**

##### **5.1.1 Fontes de Sustentação do INSS**

É preocupante a situação do Instituto Nacional de Seguridade Social, o INSS, no que concerne às fontes de sustentação financeira. Conforme Tabela nº 4, p. 35, fica evidenciada a tendência declinante da contribuição mensal, bem como demonstrado que é cada vez menor o número de trabalhadores ativos para sustentação de um inativo aposentado. A continuar nessa situação, e considerando que os direitos trabalhistas são “direitos adquiridos”, irreversíveis e que não podem ser suprimidos ou eliminados, a União (o país) não terá outra alternativa que valer-se de dotações de outras rubricas para custear esse dispêndio mensal, como aliás, já vem fazendo.

##### **5.1.2 O Papel da Poupança Interna**

É indubitável o papel da poupança interna, como fonte de recursos para alavancagem dos investimentos e do desenvolvimento do país, com seus benefícios conseqüentes de geração de emprego e distribuição de renda. A estabilidade e o

desenvolvimento econômico mais duradouro de uma nação se ancoram sobre essas fontes, mais “saudáveis” e mais imunes às crises e às especulações financeiras internacionais (cf Previdência Privada como Instrumento de Poupança, p. 46), do que aquelas tomadas através de empréstimos externos.

A previdência privada, pelas suas características de entidade angariadora e administradora de excedentes financeiros da população, tem condições especiais para, a molde de outros países (ver Chile), cumprir, no Brasil, o papel de aglutinadora de poupança interna, repassando-a para as unidades produtivas nacionais alavancarem seus projetos sem depender de empréstimos externos.

### 5.1.3 Potencial do Mercado Brasileiro

O mercado brasileiro ainda tem grande potencial de crescimento no setor da previdência privada, como fica claro pela pesquisa de opinião (Pergunta n.º 1) feita para este estudo. Pelas respostas apenas 22% dos empresários declarou possuir plano de previdência, o que já representa um índice baixo para essa classe. Em relação à população geral, entretanto, cujo potencial é estimado em 15 milhões de clientes (cf Inovações Mercadológicas, p. 58) e menos de 10% da população nacional, é menor ainda. Têm-se apenas 4,3 milhões de clientes com PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre). Isso representa somente 1/4 do potencial. Logo, resta uma grande “fatia” do mercado a ser explorada.

Assim, tendo em vista o enorme interesse nacional na formação de poupança interna, seria muito oportuna uma campanha oficial de esclarecimento sobre os objetivos, sobre as regras de funcionamento e sobre os benefícios que podem advir dessa opção de poupança, já que a grande maioria da população parece desconhecer.

## 5.2 Conclusões da Pesquisa

### 5.2.1 Perfil do Empresário Cascavelense Comprador de Previdências Privadas

Como pode ser observado pelos quadros e gráficos decorrentes da pesquisa, são as seguintes as principais características dos empresários filiados à CDL de Cascavel PR, compradores de planos de previdência privada:

- a) Formação Educacional – Dos empresários pesquisados que já adquiriram, 41% possui 2º grau e 52% tem curso superior. Apenas 7% pertencem ao primeiro grau. Logo, deduz-se que a propensão à compra está diretamente relacionada ao nível de escolaridade e ao nível de esclarecimento sobre o assunto. Desta forma, enfatiza-se novamente a necessidade de uma campanha de esclarecimento à população, para que considere nos seus planos de poupança, a opção da previdência privada;
- b) Nível de Renda Familiar – da mesma forma, o nível de renda parece ser decisivo para a compra deste serviço. Dos pesquisados 46% possui renda familiar superior a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), sendo que destes mais da metade declarou ter renda mensal acima de R\$ 5 mil (ver tabela nº 15). De forma lógica e compreensível, percebe-se que a poupança é diretamente relacionada ao nível de renda familiar. Logo, embora a população brasileira careça de esclarecimento e incentivo para este tipo de opção de investimento, não há dúvida também de que depende muito do seu nível de renda. Sem um aumento na renda não haverá excedente nem possibilidade de poupança. Assim, de forma conclusiva, segundo o presente estudo, o incremento de venda de planos de previdência depende, basicamente, do nível da renda *per capita* da população considerada.

Têm-se aí, supostamente, duas das principais características do empresário comprador de planos de previdência:

- níveis elevados de renda e altos níveis de esclarecimento.

c) Local de Compra – A instituição preferida pelos compradores de planos de previdência são as instituições bancárias, onde 80% adquiriu seus planos.

Também aqui sente-se a necessidade de aprofundar a pesquisa para entender melhor a razão desta atitude. Conjeturando, contudo, com as opiniões apontadas pelos empresários entrevistados, deduz-se que a preferência dos bancos em relação às corretoras de seguro possa ser:

- a imagem mais conhecida, sólida e confiável que das corretoras de Seguros, ou então,
- a ação ainda muito tímida dos Corretores na comercialização deste produto.

De uma forma ou outra, resta às Seguradoras sem Banco, um trabalho muito intenso no sentido de cativar os Corretores e adotar mecanismos de estímulo mais eficazes se quiserem avançar na comercialização através deste setor. Do contrário, a grande parcela deste mercado continuará sendo absorvida pelas Seguradoras de grupos bancários.

De forma geral percebe-se ainda muita reserva dos investidores e dos previdentes para com esse novo segmento, mesmo amparados por leis e sistemas de fiscalização permanente. Trata-se, pois de um setor recente, ao qual a população se mantém naturalmente arredio e cuidadoso, porque percebe que uma entidade dessa natureza tem que sobreviver, no mínimo, à vida do previdente.

### 5.3 Contribuição Acadêmica

Além das informações técnico-comerciais importantes apresentadas pela pesquisa, cujo teor poderá ajudar na formulação ou reformulação de estratégias de venda por parte das seguradoras e empresas ligadas ao setor de previdência privada, o presente estudo também estabelece sua contribuição academicamente, na medida em que adotou um método de investigação científica, que permitiu colher as opiniões dos entrevistados de forma aleatória, de forma autêntica, sem a interferência de vício ou opinião que pudesse direcionar o resultado da pesquisa.

### 5.4 Continuidade do Estudo

Como conclusão final e, considerando:

- a) a importância do assunto para o desenvolvimento do país no que concerne um instrumento estratégico de formação de poupança interna e de longa duração;
- b) as novas indagações suscitadas a partir das respostas do questionário, e
- c) os conhecimentos adquiridos com o desenvolvimento destas pesquisas - seria extremamente oportuno e conveniente aprofundar-se o presente estudo em novo trabalho de mestrado ou de doutorado, para uns dos seguintes sentidos:

I – a influência macroeconômica da poupança interna na estabilidade e no desenvolvimento econômico de um país;

II – a extensão desta pesquisa de opinião para outras localidades e outras áreas econômicas do país, no sentido de se avaliar e comparar o comportamento dessa classe a respeito deste mesmo assunto;

III – o alargamento da pesquisa para outros níveis de escolaridade e renda, procurando entender, mais nitidamente, a correlação destes com a propensão à poupança;

IV – o aprofundamento da pesquisa no sentido de perceber a importância da entidade bancária como fator de solidez para a administradora de fundos de previdência;

V – a influência da imagem do governo ou da solidez da economia sobre a aceitação deste produto.

## CAPÍTULO VI

### 6 FONTES BIBLIOGRÁFICAS

#### 6.1 Referências Bibliográficas

ALMEIDA, João Ferreira de. (trad.). **A Bíblia Sagrada**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1998.

EMEDIATO, Luiz Fernando. **Revolução na Previdência** (Argentina, Chile, Peru, Brasil). São Paulo: Geração Editorial, 1998.

MASI, Domenico de. **Desenvolvimento sem trabalho**. São Paulo: Ed. Esfera, 1999.

RIFKIN, Jemery. **O fim dos empregos**. São Paulo: Ed. Makron Books, 1995.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Ed. Atlas, 2000.

STEPHANES, Reinold. **Reforma da Previdência: sem segredos**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1998.

#### 6.2 Bibliografia

CASTELLS, Manuell. **A sociedade em rede**. São Paulo: 3ª ed. Editora Paz e Terra, 2000.

RIFKIN, Jemery. **A era do acesso**. São Paulo: Ed. Makron Books, 2001.

ROBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2000.

SOUZA, Amaury de et al. **Trabalho e previdência: sessenta anos em debate**. GOMES, Ângela de Castro (org.). Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1992.

## 6.2.1 Revistas e publicações

BERNARDES, Ernesto. Revista Dinheiro, 2002.

MOLINA, Nilton. **Diretor de outra seguradora.** GAZETA MERCANTIL, p. B1, 08.08.2001.

NORT, Egon. **Brasil Rumo ao Primeiro Mundo**, Ed. Egon Nort, p.393-401, Florianópolis, 1997.

ROCHA, Leonel e BALTAZAR, Ricardo. **E Depois de três anos, o congresso aprova reforma da Previdência.** Veja nº 1534, p.20-23, Ed. 18.02.1998.

SANTOS, Suzana, GAZETA MERCANTIL, p. B1, 08.08.2001.

VERGARA, R, **Eles cavaram um rombo bilionário.** Veja Especial, Ed. 1680, p.180-185, 20.12.2000.

## 6.2.2 Sites consultados

<<http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/10/31/pol508.html>> Acesso em: 01.11.99.

<[www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)>. Acesso em 15.08.01.

<[www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)>. Acesso em: 15.08.01.

<[www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader)>. Acesso em: 15.08.01.

<[www.suaprevidencia.com.br](http://www.suaprevidencia.com.br)>. Acesso em: 03.08.01.

ANAPP (Associação Nacional das Previdência Privadas), “**Diferenças entre a previdência privada aberta e fechada**”, 2001. Disponível em:

<<http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader>>. Acesso em: 15.08.01. (D-12)

**Anuário Estatístico da Previdência Social 2000.** Disponível em: <[http://www.mpas.gov.br/docs/0c39\\_03a.xls](http://www.mpas.gov.br/docs/0c39_03a.xls)>. Acesso em: 28.10.01.

**Ativo sustenta segunda geração de segurados.** Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/10/31/pol508.html>. Acesso em: 01.11.99.

ARENAS DE MESA, A. ; BERTRANOU, F, **Aprendendo com as Reformas Previdenciárias: Os Exemplos do Chile e da Argentina**, Disponível em: [www.mpas.gov.br](http://www.mpas.gov.br), Acesso em: 12.10.01.

ARENAS DE MESA, A. ; BERTRANOU, F, Disponível em: [www.mpas.gov.br/07\\_03\\_01\\_04.htm](http://www.mpas.gov.br/07_03_01_04.htm). Acesso em: 12.10.01.

ARENAS DE MESA, Alberto, BERTRANOU, Fabio, **As Reformas Previdenciárias: os Exemplos do Chile e da Argentina, Pensilvania**, EUA e Argentina, ARENAS DE MESA A.; BERTRANOU F. Aprendendo com as Reformas Previdenciárias. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/07\\_03\\_01\\_04.htm](http://www.mpas.gov.br/07_03_01_04.htm), 12.10.01. Acesso: 20.10.01.

**Ativo sustenta segunda geração de segurados.** Disponível em: <http://www.estado.estadao.com.br/edicao/pano/99/10/31/pol508.html>. Acesso em: 01.11.99.

AUDI, Patrícia. **Cai a burocracia para aposentadoria.** Disponível em: [www.financenter.terra.com.br](http://www.financenter.terra.com.br). Acesso em: 06.08.01.

BAUTIZER, T. **Chile tenta obter maior adesão de trabalhadores.** 12.11.99. Disponível em: [www.estado.estadao.com.br/edicao/encarte/previdencia/991112-513.html](http://www.estado.estadao.com.br/edicao/encarte/previdencia/991112-513.html). Acessado em 01.08.01.

BOM ANGELO, Eduardo. **Previdência Privada Aberta: Ótima alternativa para o país e para o consumidor.** Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso em: 15.08.01.

COGECONT/INSS. Disponível em: [http://www.mpas.gov.br/12\\_01\\_10.htm](http://www.mpas.gov.br/12_01_10.htm). Acesso em: 20.10.01.

**Convergência entre previdência privada e seguro de vida.** Disponível em <http://www.amchamrio.com.br/servicos/publica/bb/bb0901/artigo7.htm>. Acesso em: 03.11.01.

CRISTÓVÃO, A. L. **Razões do êxito da previdência complementar.** Disponível: [www.anapp.com.br/appnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/appnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso em: 15.08.01.

CRISTÓVÃO, Antônio Lopes, Diretor Presidente da Bradesco Vida e Previdência e Vice-Presidente da Anapp: Disponível em:

**Declaração dos Direitos Humanos – ONU, 1948.** Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso: 15.08.01.  
Disponível em: [www.abipen.org.br/palestra.html](http://www.abipen.org.br/palestra.html). Acesso: 02.08.01.

CRISTOVÃO A. L. **O impacto da globalização na reforma da Previdência.** Disponível em: [www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso em 03.08.01.

Disponível em: [www.ethos.org.br](http://www.ethos.org.br), e **Notícias – Radar, anapp.** Acesso em: 29.08.01.

Disponível em: [www.suaprevidencia.com.br](http://www.suaprevidencia.com.br). Acesso em: 03.08.01.

Disponível em: [www.bancodenoticias.com.br](http://www.bancodenoticias.com.br). Acesso em: 29.08.01

ELABORAÇÃO DESEP/CUT APARTIR D PNAD/IBGE, Disponível em: [www.cut.org.br/a50110.htm](http://www.cut.org.br/a50110.htm). Acesso em: 19.10.01.

FANTINI Flaminio e OLIVEIRA Mauricio, **Quando eu me aposentar...** - Disponível em: [www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anapp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso em: 31.07.01

FERREIRA COSTA, A L, **Previdência Social e Reforma da Previdência.** Disponível em: <http://www.eca.usp.br/EMALTA/TRAB/previ.htm> . Acesso em: 01.08.01.

IBGE: Censo Demográfico (1991) e **Projeções Populacionais Brasil e Grandes Regiões**, Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br), 1991-2020. Acesso em: 20.10.01.

IBGE. **Crescimento populacional no Brasil.** Resultados do Censo de 1991. Disponível em: <http://www.Evaldosouza.hpg.ig.com.br/GeografiadoBrasil/Crescimentopopulacional20.doc>. Acesso em: 15.11.01.

José Pimentel - Deputado PT - Disponível em: [www.abrapp.org.br/revistas](http://www.abrapp.org.br/revistas)  
Acesso: 18.10.01.

MANUAL do PGBL da *Nationwide* Marítima Vida e Previdência, p. 5. [www.nationwidemaritima.com.br](http://www.nationwidemaritima.com.br), Acesso em: 15.11.01.

MENDONÇA. Antonio Penteado Disponível em:

<http://www.estado.estadao.com.br/editorias/2001/11/19/eco043.html> Acesso em: 03.02.02

MPAS/SPS -- **Programa de Estabilização Fiscal** – Brasília. Disponível em: [www.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br). Acesso em: 06.10.01.

NASSIF, Luiz. **Futuro sem riscos**. Ano 2, edição nº 5, mai/jun/jul/1998, Disponível em: [www.brasilprev.com.br](http://www.brasilprev.com.br). Acesso em: 15.08.01.

NEIL Gilbert e HOO Park, **Tendências e Conseqüências Políticas para a Previdência Social dos Estados Unidos**, Viena, 1994. Disponível em: [www.previdenciasocial.gov.br/07\\_03\\_03\\_03.htm](http://www.previdenciasocial.gov.br/07_03_03_03.htm). Acesso: 20.10.01

ROCHA L. Revista Veja, ed. n.º 1546, 13.05.98, p 36, Norman Filho. F J: **OPé-de-meia**". Disponível em:

[www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader](http://www.anpp.com.br/anappnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/frameset.htm?user=reader). Acesso: 15.08.01

SEP. Convênio Seade/DIEESE. – Disponível em: [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) **Cresce a Participação da Mulher no Mercado de Trabalho**. Acesso em: 06.10.01.

STEPHANES (1998, p 125) ; ALMEIDA COSTA. Arivaldo de, Projeto Genoma. Disponível em:

<http://www.cfm.org.br/jornal/jornais2001/marco-abril/FalaMedico.htm>. Acesso em: 24.11.01.

## CAPÍTULO VII

### 7 ANEXOS

#### 7.1 Questionário

I Parte – Identificação do entrevistado

- a) Escolaridade: ( ) 1º grau ( ) 2º grau ( ) 3º grau ( ) pós-graduado
- b) Idade: \_\_\_\_ anos
- c) Renda familiar mensal média: ( ) até 2 mil ( ) até 3 mil ( ) até 4 mil  
( ) até 5 mil ( ) mais de 5 mil.

II Parte – Perguntas de Opinião

1. Possui plano de Previdência Privada?

- ( ) SIM – Neste caso responda as perguntas 1 a 8 e 10 a 13.
- ( ) NÃO – Neste caso responda somente as perguntas 9 a 14.

2. Onde adquiriu?

- ( ) banco ( ) corretor de seguros ( ) seguradora

3. Quais os motivos mais decisivos para a compra? (Cite até três alternativas)

- ( ) competência do corretor/agente
- ( ) compromisso de reciprocidade bancária
- ( ) preocupação com a aposentadoria
- ( ) recomendação de amigo/familiar/outro
- ( ) propaganda sobre o assunto
- ( ) porque o plano pertence ou está associado a uma empresa estrangeira
- ( ) pelos incentivos fiscais
- ( ) por falta de outra opção para investir

( )\* \_\_\_\_\_

\*(outra opção – esclarecer)

4. Quanto à periodicidade de pagamento a intenção é de positar:

( ) mensalmente ( ) eventualmente ( ) só para aplicar um excedente

5. O valor depositado é a quantia:

( ) desejada ( ) a possível ( ) experimental

6. Há quanto tempo adquiriu o Plano?

\_\_\_ anos e \_\_\_ meses.

7. Com relação ao fundo de reserva já formado pelo seu plano, pretende:

( ) deixá-lo como está e continuar contribuindo

( ) resgatá-lo na primeira oportunidade/necessidade

( ) fazer aportes extras sempre que possível

( )\* \_\_\_\_\_

\*(outra opção – esclarecer)

8. Você recomendaria a um amigo a fazer um plano de previdência privada?

( ) sim ( ) não ( ) não está seguro.

Porquê? \_\_\_\_\_

Em caso negativo – responda às perguntas 9 a 13 seguintes

9. Porque não adquiriu? (Assinale até 3 das opções mais importantes).

( ) já pago INSS e acho que é suficiente

( ) ninguém me ofereceu

( ) já me ofereceram mas não me convenceram

( ) não estou conseguindo excedentes para isso

( ) tenho outras prioridades par minhas economias

( ) não confio nas seguradoras

( ) não confio no governo

( ) ainda não me preocupei com isso – sou jovem ainda

- ( ) amigo/parente teve péssima experiência com plano de previdência
- ( ) falta de melhor esclarecimento por parte de corretor/agente
- ( )\* \_\_\_\_\_  
\*(outra opção – esclarecer)

10. Se você tem ou tivesse recursos suficientes, em que você investiria pensando na sua aposentadoria? (assinale com X as três opções mais importantes)

- ( ) investiria mais no meu negócio/atividade
- ( ) aplicaria em imóveis para viver de aluguel
- ( ) faria um plano de previdência privada
- ( ) aplicaria em caderneta de poupança
- ( ) investiria numa nova atividade
- ( ) faria um misto de aplicações em ações/moeda/outras
- ( ) faria um curso de aperfeiçoamento
- ( )\* \_\_\_\_\_  
\*(outra opção – esclarecer)